

Plano de Governo 2017-2020

Aliel Machado - Prefeito

Elizeu Chociai - Vice

Ponta Grossa - 2016

Ponta Grossa, 03 de agosto de 2016

MANIFESTO À POPULAÇÃO PONTA-GROSSENSE

Esta proposta é uma construção coletiva em permanente diálogo com todos os setores de nossa população. Entretanto é um documento que firma alguns princípios que certamente irão direcionar nossa gestão. Cremos que a principal função do poder público é cuidar da cidade e dos seus cidadãos, colaborando na produção de um ambiente social onde se tenha orgulho de morar e de contribuir no seu desenvolvimento e na sua manutenção.

A concepção que sustentamos ao longo de toda a proposta é um profundo compromisso com a superação das ainda graves desigualdades que persistem na sociedade pontagrossense. Por isso, trabalharemos com afinco na implantação de programas e projetos que tenham como objetivo romper com o ciclo de concentração de renda e reprodução da pobreza nos Campos Gerais. Neste sentido, propomos para a população pontagrossense uma gestão voltada aos setores mais necessitados, aos bairros da cidade e aos espaços públicos que promovam uma convivência democrática e o usufruto dos equipamentos urbanos para todos os pontagrossenses.

Este projeto, entretanto não poderia ser realizado apenas pelo executivo municipal, é uma tarefa de toda a população. Nesse sentido criaremos os canais de participação para que as pessoas que conhecem os seus problemas cotidianos possam orientar a ação da prefeitura na definição

das prioridades tanto nos investimentos quanto na manutenção cotidiana dos espaços públicos.

Vamos nos empenhar em construir um ambiente de respeito às diferenças entre as pessoas que se apresentem ao longo de nossa gestão, colaborando na superação de preconceitos gerados pelo desconhecimento e na produção de um ambiente fraterno e de solidariedade no qual todas as pessoas tenham oportunidade de crescimento pessoal, econômico e cultural.

Esta proposta, entretanto é impossível, se baseada apenas na vontade política do gestor. Precisamos dialogar com todos setores sociais, mas em especial com os servidores municipais, que na prática serão os executores finais das políticas públicas implementadas. Neste sentido, nosso compromisso é dialogar, promover políticas de capacitação permanente, prover equipamentos e plataformas de trabalho que melhorem a qualidade do serviço prestado permitindo que a máquina pública cumpra com eficiência sua função de atender à população e promover o bem comum.

Assumimos sobretudo o compromisso em gerir a administração pública para ampliar os espaços de cidadania em nossa cidade, aplicando para isso todos os recursos que as modernas tecnologias oferecem e permitindo assim a efetiva participação de todos os setores da sociedade. Que nossa gestão seja facilitadora de um projeto desenvolvido por todos os pontagrossenses.

Fraternalmente.

Aliel Machado e Elizeu Chociai

Apresentação

Este plano, para a execução dos princípios acima expostos, está organizado em torno de quatro diretrizes fundamentais

1. O cuidado com as pessoas: O objetivo central de uma administração é garantir que as pessoas encontrem na cidade onde moram condições de viver e trabalhar de maneira digna. As políticas de saúde, educação, assistência social, políticas culturais, de lazer etc., tem como finalidade última a promoção do bem estar e a integração do cidadão ao seu espaço de vivência.

2. O cuidado com a cidade: Pessoas, entretanto, estão situadas em espaços públicos e privados. O cuidado desses espaços é tarefa do conjunto da sociedade e especialmente da administração pública, tanto na regulação do uso dos espaços privados quanto na manutenção, ampliação e melhorias na qualidade do espaço público. Mobilidade Urbana, habitação, segurança, desenvolvimento sócio-econômico e meio ambiente são áreas de atuação que visam a criação de um ambiente agradável de vivência para todos os cidadãos pontagrossenses. Uma cidade na qual as pessoas se sintam acolhidas, seguras e motivadas para construir suas vidas e constituir suas famílias é a motivação principal desta gestão.

3. A promoção do diálogo com a sociedade: A tarefa de construção do espaço urbano e rural não pode ser realizada APENAS pelo poder público municipal. São diversos os agentes que influenciam na constituição dos nossos espaços de vivência. Ações individuais podem ajudar na limpeza e evitar a poluição, ações empresariais podem colaborar ou dificultar a

manutenção do espaço público e a produção de um espaço agradável de vida. Por isso é FUNDAMENTAL que a administração municipal crie e fortaleça os espaços de diálogo com os diversos setores da sociedade de maneira a orientar as ações dos diversos setores na direção do bem comum. A participação cidadã e o controle social são ao mesmo tempo demandas da sociedade democrática características do estado de direito e marcas dos governos verdadeiramente democráticos. Nossa gestão se propõe a fortalecer as instâncias de diálogo já constituídas, como os conselhos populares, como criar novos que permitam a participação da população tanto na decisão de investimentos como nas prioridades da manutenção da cidade, além de buscar parcerias que possibilitem novos avanços como a mediação de conflitos e a participação popular na superação das causas da violência e das marginalidades.

4. A eficiência administrativa e uso das novas tecnologias: Na ação da administração pública existem atividades fins, aquelas que promovem diretamente o bem comum como a atenção à saúde e a educação, e “atividades meio” aquelas que constituem uma estrutura burocrática que possibilita que os fins sejam realizados, como por exemplo a arrecadação de impostos e o controle de normas de uso do espaço urbano. Quanto mais eficiente e produtiva for a ação da administração pública, menos recursos são destinados às atividades de controle burocrático e mais recursos serão aplicados nos setores que produzem diretamente benefícios para a população. Todos nós conhecemos os entraves produzidos por uma máquina pública abandonada por gestões descomprometidas com uma visão de longo prazo da sociedade. Poderíamos comparar com um motorista que não faz adequadamente a manutenção do seu veículo. Na máquina pública isso resulta em entraves diversos como excesso de procedimentos burocráticos, regras arcaicas, atendimento moroso, pouca informação etc. Essa situação

reforça a cada dia uma imagem negativa e de inoperância dos serviços públicos. Nossa gestão se compromete em melhorar a eficiência da máquina pública, investindo na permanente qualificação do funcionalismo, na implantação de ferramentas informacionais modernas e de conceitos como “smart cities” integrando as novas possibilidades de aplicativos em tablets e smartphones que criam novos canais de comunicação e controle por parte do conjunto da população.

Sumário

MANIFESTO À POPULAÇÃO PONTA-GROSSENSE.....	1
Apresentação.....	3
Diretrizes.....	9
Diretriz 1 – O cuidado com as pessoas.....	10
Eixo Temático: Educação.....	10
I. Diagnóstico da Educação em Ponta Grossa.....	10
II. Princípios.....	11
1. EDUCAÇÃO COMO DIREITO.....	11
Ações:.....	12
2. QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO.....	12
Ações:.....	13
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....	14
Ações:.....	14
4. EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PAZ E OS DIREITOS HUMANOS.....	15
Ações:.....	17
5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	18
Ações:.....	19
6. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	21
Ações:.....	22
Ações:.....	22
7. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	24
Ações:.....	24
8. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO FORMAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	25
Eixo Temático: Saúde.....	27
1. Análise situacional.....	27
2. Propostas	29
3. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.....	30
4. ESPECIALIDADES.....	32
5. HOSPITALAR.....	33
6. CONTROLE SOCIAL.....	35
7. MEDICAMENTOS.....	35
8. INTERNAÇÃO DOMICILIAR.....	36
9. RESOLUTIVIDADE.....	37
10. PROFISSIONAIS DE SAÚDE:.....	38
Eixo Temático: Assistência Social.....	39
Eixo Temático: Cultura e Turismo.....	42
1- Nossa concepção.....	42
2- Nossa proposta:.....	42
Eixo Temático: Esporte e Lazer.....	44
1 Concepção.....	44
2 Objetivos.....	46

3 Propostas.....	46
Integração com o eixo Saúde.....	49
4 Recursos.....	50
Diretriz 2 – O cuidado com a cidade.....	51
Eixo Temático: Desenvolvimento Urbano.....	51
1. Diagnóstico.....	51
2. Princípios / Conceitos / Ações.....	52
1. TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE.....	52
2. ESPAÇO PARA PEDESTRES E PARA CICLISTAS.....	52
3. A MALHA VIÁRIA COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO.....	53
4. PLANEJAMENTO ABRANGENTE.....	53
Eixo Temático: Desenvolvimento Rural.....	54
1- Diagnóstico Geral:.....	54
2- Propostas:.....	56
2.1- Diagnóstico.....	56
2.2- Capacitação.....	56
2.3- Fortalecimento da comercialização.....	56
3- Melhorar a infraestrutura de transporte.....	57
Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico.....	58
1. Diagnóstico.....	58
2. Princípios / Conceitos / Ações.....	59
1. CRIAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DE SERVIÇOS.....	59
2. CRIAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA INDÚSTRIA LOCAL.....	60
3. CONSTRUIR PELO MENOS VINTE CENTROS COMERCIAIS DE VILA.....	60
4. FORNECER MICRO-CRÉDITO PARA OS NEGÓCIOS INICIANTE.....	61
5. FUNDAR UMA ESCOLA DE NEGÓCIOS MUNICIPAL EM PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES LOCAIS.....	61
6. Criar o Fundo Municipal de Apoio à pesquisa científica e a extensão.....	62
7. ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.....	63
8. implantar o Parque Eco-Tecnológico em Ponta Grossa.....	63
Eixo Temático: Habitação.....	64
1. Diagnóstico.....	64
2. Princípios / Conceitos / Ações.....	64
1. NÃO DESLOCAR REASSENTADOS MAIS DO QUE 1.000 METROS.....	65
2. USAR TERRAS OCIOSAS COMO SUBSÍDIO.....	65
3. APROVEITAR SINERGIAS COM SISTEMA VIÁRIO PARA HABITAÇÃO.....	66
4. RETOMAR O PAPEL DE PROTAGONISTA PARA A PROLAR.....	66
Eixo Temático: Integração regional dos Campos Gerais.....	68
Eixo Temático: Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	69
1. Propostas para preservação ambiental.....	69
2. Propostas para integração urbano-ambiental.....	80
2.1. Diagnóstico.....	80
2.2. Princípios / Conceitos / Ações.....	81
Diretriz 3 – A promoção do diálogo com a sociedade.....	84
Eixo Temático: Relação com os Conselhos Municipais.....	84
Eixo Temático: Participação Popular na decisão dos investimentos na cidade.....	84

Eixo Temático: Participação Popular na Manutenção da cidade.....	84
Eixo Temático: Segurança e Justiça Restaurativa.....	85
Eixo Temático: Novos canais de comunicação - “Smart Cities”	87
Eixo Temático: valorização dos servidores municipais.....	89
Eixo temático: eficiência administrativa.....	90

Diretrizes

Cada uma das diretrizes se desdobra em eixos temáticos. Cabe lembrar aqui que nossa proposta de gestão sustenta uma perspectiva matricial de administração pública. Isso significa que os temas perpassam todas as secretarias integrando os esforços e evitando desperdícios. Assim, pode-se implementar projetos integrados entre, por exemplo, a secretaria da educação e da cultura, envolvendo a assistência social e a saúde, ao mesmo tempo em que as escolas municipais e postos de saúde podem ser pontos de presença da prefeitura no contato com o conjunto da população.

Diretriz 1 – O cuidado com as pessoas

Eixo Temático: Educação

I. Diagnóstico da Educação em Ponta Grossa

Ponta Grossa possui 311.611 habitantes segundo dados do IBGE, 2010. Desta população, 48.075 habitantes encontram-se na faixa de até 9 anos, a qual corresponde aos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental - séries iniciais cuja responsabilidade legal é do município. Considerando-se a população acima de 15 anos, a cidade ainda possui uma taxa de analfabetismo de 3,69% (IPARDES, 2010), que se traduz por 11.498 pessoas.

A Rede Municipal de Educação abrange 84 escolas de ensino fundamental - séries iniciais e 92 de educação infantil (INEP, 2015). Contempla também educação no campo e educação de jovens e adultos, atuando em parceria com a Rede Estadual de Ensino. Atualmente, o município conta com 31 escolas de tempo integral, recentemente implantadas. Dados do INEP (2015) apontam que 21.046 matrículas no ensino fundamental - séries iniciais atendidas pelo município e 5.137 matrículas na educação infantil pré-escolar. Em relação à população de zero a 3 anos o município apresenta déficit de vagas na ordem de 14.822 e, para a população de 4 a 5 anos, o déficit é de 1.914 vagas, segundo as Informações Municipais para Planejamento Institucional (versão março 2016).

Um dos principais indicadores educacionais – o IDEB mostra que, em 2013, o município não atingiu a meta assumida no Compromisso “Todos pela Educação”, firmado com o MEC.

II. Princípios

1. EDUCAÇÃO COMO DIREITO
2. QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA
4. EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ E OS DIREITOS HUMANOS
5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA
6. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL
7. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
8. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO FORMAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

1. EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Conceituação: O direito à educação está previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Esse direito inclui a educação infantil e se estende à educação fundamental, obrigatória e gratuita, com sua oferta inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria - compreendida entre o 1ª e o 5ª ano do ensino fundamental - de conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Reconhecer a educação como direito de todos vai muito além do princípio liberal que concebe que os indivíduos são todos iguais perante a lei, mas confere à educação uma dimensão humanizante e emancipadora, que deve possibilitar a todos os indivíduos

atuarem como agentes transformadores de sua realidade, exercendo plenamente a sua cidadania.

Ações:

- Acesso à educação: garantir que todos os alunos em idade escolar (6 a 14 anos), jovens e adultos, crianças de até 4 e/ou 5 anos (Educação Infantil) e trabalhadores tenham acesso à educação. Ampliação das vagas, ampliação da infraestrutura das escolas, criação de novas escolas.

- Permanência no sistema escolar: garantir condições adequadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional através da melhoria da qualidade das classes de apoio e de recursos; expansão do ensino integral, maior articulação entre os níveis de ensino.

- Sucesso na aprendizagem: garantir a todos os alunos a apropriação do conhecimento da forma mais ampla e exitosa possível, de modo a possibilitar o avanço para os diferentes níveis de escolarização, a preparação para a vida e o exercício da cidadania.

- Expansão da escola de tempo integral: expansão gradativa da educação em tempo integral mediante elaboração de projeto político- pedagógico adequado à jornada expandida e após estudo sobre as possibilidades desta ser optativa.

2. QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Conceituação: É referenciada nas características socioeconômicas, históricas e culturais da realidade local, bem como nos anseios e

expectativas das famílias e dos estudantes com relação à educação. Concebe que a educação deve ter em vista a emancipação humana e do coletivo social, buscando a transformação da realidade que exclui a maioria da população de dignidade e qualidade de vida.

Ações:

- Estabelecimento de políticas educacionais e projetos sociais e culturais que estejam voltados ao bem comum e à elevação cultural da população como um todo.
- Execução de projetos educativos em parceria com instituições de ensino superior e outras visando à qualificação pessoal, social e profissional de adolescentes e jovens e a formação contínua de profissionais da educação.
- Destinação adequada de recursos humanos, financeiros e materiais para escolas situadas em vilas e regiões que concentram famílias de menor renda, com o objetivo de garantir condições mais igualitárias para a permanência e sucesso na aprendizagem.
- Manutenção e ampliação da distribuição de uniformes.
- Manutenção e ampliação da distribuição de materiais escolares, materiais didático-pedagógicos e outros recursos necessários para garantir a todos os alunos a permanência e o sucesso na aprendizagem.
- Melhoria das condições básicas de funcionamento de todas as escolas.

- Otimização no uso dos espaços públicos já existentes para o desenvolvimento de projetos de interesse das comunidades.
- Dinamização do Serviço de Saúde do Escolar e do Serviço Social Escolar e de Psicologia Escolar, bem como de outros serviços voltados a um melhor atendimento das necessidades da população.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Conceituação: A gestão democrática é aqui entendida como aquela que possibilita um amplo processo participativo expressando um verdadeiro exercício democrático. Nesse sentido as práticas político-educacionais serão pensadas a partir da realidade e com a participação da sociedade que faz uso da educação pública. Isso quer dizer que haverá um rompimento com as práticas verticalizadas, dando ênfase a uma construção horizontal na qual as pessoas são respeitadas, ouvidas e se tornam parte do processo gestor, tanto no que se refere ao planejamento político, quanto na implementação de ações mais localizadas. Assim, pretende-se construir uma prática de diálogo com a comunidade, tanto interna quanto externa à educação, de modo a envolver a todos nas escolhas e ações realizadas. Entende-se, portanto, que a comunidade assume uma postura ativa na efetivação das propostas educacionais e desse modo colabora na busca por uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Ações:

- Propõe a atuação efetiva dos Conselhos Escolares e das APMFs.- (Associações de Pais, Mestres e Funcionários).

- Retomada do Fórum Municipal de Educação Escolar, de forma aberta e democrática, com participação das instituições de ensino superior, visando ao acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação.
- Valorização do Conselho Municipal de Educação no exercício de suas funções.
- Valorização da diversidade na representatividade dos segmentos envolvidos no Conselho Municipal de Educação.
- Divulgação e discussão do Plano Municipal da Educação com diferentes segmentos da comunidade.
- Articulação com órgãos estaduais/ federais acerca de transporte escolar, escolas compartilhadas, merenda escolar, SERE- (Dados estatísticos), Bolsa família e outros.
- Discussão com as comunidades locais para implantação Gradativa do Tempo integral.

4. EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PAZ E OS DIREITOS HUMANOS

Conceituação:

Este princípio visa melhorar as relações internas do cotidiano educacional, além de buscar repercutir tais ações no entorno escolar e na comunidade em geral, supondo a construção de uma Cultura de Paz em Ponta Grossa. A Educação para a Paz é constituída pelos seguintes componentes: valores humanos, direitos humanos, mediação de conflitos, questões ambientais e

novas perspectivas vivenciais. Percebe-se a sua necessidade, pois as convivências escolares têm sido atravessadas por diversas formas de violência. A violência direta entre os alunos é a forma mais visível pela agressão física, bullying e indisciplina. Porém, tal violência é muitas vezes ligada à violência cultural (reprodução da cultura de violência das famílias) e à violência estrutural (pobreza, desigualdade social e falta de atenção aos direitos humanos básicos). Esta preocupação é reforçada por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que evidenciam a importância de práticas culturais voltadas para a paz nas escolas e na sociedade em geral. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), bem como o Plano Municipal de Educação (PME/PG) têm o seguinte objetivo:

[...] garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas a capacitação de educadores para a detecção de sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente dotado de segurança para a comunidade.

Considerando esta necessidade, é urgente, na Rede Municipal da Educação de Ponta Grossa, inserir a Educação para a Paz como forma de melhoria das relações de convivências e do processo de ensino-aprendizagem.

Ações:

- Discutir e aprimorar a formação de professores em Educação para a Paz: promover formação em Valores Humanos, Direitos Humanos, Mediação de Conflitos, Educação Ambiental Crítica e Pedagogia das Convivências como maneira de relacionar a Cultura de Paz à gestão escolar.
- Inserir documentos internacionais ao pensamento educacional do município: aproximar o município do movimento internacional das “Cidades Educadoras”, que prevê a cidade integrada e aberta às práticas cidadãs e participativas; introduzir de forma articulada à Educação para a Paz os princípios fundamentais da ONU, no que se refere aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2015), que supõem entre 2015-2030 um conjunto de ações relacionadas à sustentabilidade ambiental, social e humana.
- Considerar a Educação para a Paz como um elemento articulador na Escola em Tempo Integral: na implantação gradativa e de qualidade da Educação Integral no Município, inserir questões relativas à Educação para a Paz, como tema gerador nos projetos, tanto nas questões dos Valores Humanos, Direitos Humanos, Mediação de Conflitos, Educação Ambiental Crítica, entre outras.
- Aproximação de Projetos: articular o PROERD com maior relação aos projetos escolares, bem como aproximar ações de prevenção com o Departamento de Cidadania e com a Guarda Municipal (SMCSP).
- Valorizar a articulação da formação de professores com a IES: dialogar continuamente com as Universidades e Faculdades locais, em seus

trabalhos de referência nas áreas da violência contra a criança e adolescente, violência contra a mulher e a pessoas idosa, além de projetos de direitos humanos, sustentabilidade e educação para a paz, promovendo o intercâmbio da pesquisa em movimentos pró-cultura de paz com o cotidiano escolar e das comunidades.

- Valorizar a articulação da comunidade escolar a partir dos movimentos sociais: aproximar os movimentos sociais e programas de desenvolvimento sustentável às práticas de cidadania, contribuindo com a ampla perspectiva de respeito à diversidade na escola.

- Apoiar e dar significado à “Semana da Paz” em Ponta Grossa: enfatizar e dar suporte ao crescimento da Lei Municipal (Lei nº 8.280/2005) que trata da semana da Paz em Ponta Grossa, anualmente a ser realizada entre 21 e 28 de setembro.

5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Conceituação: A ideia de inclusão reafirma o compromisso democrático de “educação para todos”, direito fundamental de cada pessoa. O movimento pela inclusão, iniciado nos anos de 1980 nos países mais desenvolvidos, ampliou-se mais intensamente no século 21 nos demais países. A inclusão objetiva construir uma sociedade para todas as pessoas, celebrando suas diferenças, o direito de pertencer, a valorização da diversidade humana, a solidariedade humanitária, a igualdade de direitos das minorias e a cidadania com qualidade de vida. Sendo assim, a inclusão exige que a sociedade se adapte, em seus sistemas sociais, para permitir que pessoas com necessidades especiais permanentes ou temporárias e de grupos

minoritários excluídos venham a exercer plenamente seus direitos sociais, políticos e civis. Portanto, a efetivação da educação inclusiva na educação ponta-grossense abrange não somente os portadores de necessidades especiais, mas também a todas as formas de diversidade que configuram nossa sociedade.

Ações:

- Proporcionar condições para a efetivação da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, a partir de avaliação da situação atual, feita por equipe multidisciplinar e em articulação com os pais.
- Criar na rede municipal serviço de atendimento e acompanhamento pedagógico às crianças portadoras de doenças que impeçam sua regular frequência à escola, inclusive atendimento hospitalar.
- Criar e regulamentar na rede municipal o recurso de “exercícios domiciliares” para alunos portadores de doenças que impeçam sua regular frequência à escola.
- Promover acompanhamento psicopedagógico a alunos da rede municipal que vivam em situação de vulnerabilidade, visando fortalecer sua aprendizagem e desenvolvimento.
- Criar espaços de discussão e de formação continuada de professores visando à compreensão e efetivação de uma Educação Inclusiva que garanta o aprendizado efetivo, o desenvolvimento integral e o sucesso escolar de todos os alunos.

- Ampliar a interação entre as escolas regulares de Educação Básica e profissionais/instituições de diferentes áreas, visando à construção de uma educação inclusiva em todos os espaços educacionais.
- Ampliar o número de Classes de Recursos Multifuncionais nas escolas da Rede Municipal de Ensino.
- Apoiar as escolas de Educação Básica na modalidade especial.
- Fortalecer a relação família-escola para favorecer a educação inclusiva.
- Fortalecer ações pedagógicas voltadas para o respeito à diversidade.

Referentes à EJA:

- Avaliar a situação do analfabetismo no município de PG e propor ações para combatê-lo.
- Expandir a oferta de Educação de Jovens e Adultos.
- Estimular o emprego de metodologias que sejam adequadas ao processo de aprendizagem de jovens e adultos.

Referentes à Educação do/no Campo

- Fortalecer a Educação do Campo.
- Melhorar as condições educacionais nos distritos (Itaiacoca, Periquitos, Guaragi, Uvaia).

- Elaborar Projeto Político Pedagógico específico para Escolas do/no Campo, contemplando as especificidades características de cada região.

6. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Conceituação:

Em termos amplos, define-se a educação não formal como processo educacional organizado que ocorre fora da influência do sistema escolar. Enquanto a educação formal é atividade eminentemente escolar, com conteúdos, ações e objetivos bem delimitados, a educação não formal ocorre pela via do compartilhamento de experiências, especialmente no âmbito dos espaços e ações coletivas, intencionais e organizadas.

A educação não formal difere da educação informal que se realiza no âmbito dos processos socializadores dos indivíduos, como é o caso da educação proporcionada pela família, vizinhos, colegas, etc. Enquanto o caráter da educação informal é espontâneo, a educação não formal possui intencionalidade em suas ações, embora não aconteça nos mesmos moldes dos tradicionais processos de escolarização. A educação não formal se dá por meio da troca de saberes em situações de interação construídas coletivamente. Visa, sobretudo, capacitar os indivíduos à vivência cidadã, possibilitando-lhes conhecer melhor o mundo, as relações sociais e atuar na transformação da realidade coletiva e individual.

Ações:

- Apoiar de forma mais intensa os diferentes espaços de educação e apoio à criança e ao adolescente, com o objetivo de consolidar a oferta educacional em entidades sociais e de educação não formal.

- Criar o Centro Ponta-grossense Multidisciplinar de Apoio à Criança e ao Adolescente – com vistas a oferecer um espaço de orientação, educação, combate à prostituição infantil, prevenção da gravidez precoce, acompanhamento às adolescentes grávidas e no pós-parto visando apoio e continuidade dos estudos, combate à violência contra crianças e adolescentes, orientação, apoio e acompanhamento a menores em situação de vulnerabilidade social. Este Centro seria composto a partir de parcerias entre as Secretarias da Educação, da Saúde, da Assistência Social, Conselho Tutelar, Justiça Restaurativa e outros.

Ações:

- Promover a utilização da TV Educativa como apoio educacional ao Ensino Fundamental e Médio de Ponta Grossa (Exemplo: cursos do MEC visando ao ENEM e outros).

- Implementar projetos culturais, educativos e desportivos destinados às comunidades, de acordo com seus interesses, nos diferentes espaços públicos municipais já existentes.

- Implantação gradativa do Projeto “Famílias” nas escolas municipais, visando à formação dos pais das comunidades do entorno das escolas em relação à educação dos filhos e promoção de orientações profissionais e vivência cidadã.

- Promover parcerias com diferentes setores da sociedade (igrejas, clubes, associações, instituições de ensino superior, etc.) para execução de projetos educativos, nas comunidades de bairros e/ou escolas como por exemplo:
- Conjuntos Musicais Eruditos e Populares. Ex: Conjuntos de Música de Câmera, Orquestras de Metais, Conjuntos de Jazz e Blues, Bandões Eruditos e Populares, etc;
- Criação do Coral Municipal das Crianças e Jovens de Ponta Grossa;
- Criação da Orquestra Juvenil de Música Popular Brasileira de Ponta Grossa;
 - Criação de Espaços Descentralizados de Cultura em escolas ou comunidades, (Bibliotecas, Núcleos de Estudos em Informática, Núcleos de Estudos de Língua Estrangeiras, Oficinas Profissionalizantes).
- Integrar a rede escolar às novas tecnologias proporcionando o uso pela rede escolar de novos recursos e possibilitando a professores e alunos novos canais de acesso à informação e conteúdos educacionais. O acesso será, naturalmente, controlado e direcionado a informações e notícias e, fundamentalmente, e em destaque, serão disponibilizados conteúdos a partir de convênios com repositórios de objetos educacionais, por exemplo com instituições como a Fundação Lemann que disponibilizou todo o conteúdo de matemática desenvolvido pelo programa Khan Academy. Este poderá ser um recurso disponível tanto para alunos da rede municipal que necessitam de reforço em conteúdos específicos como para estudantes de diferentes níveis que poderão ter acesso à rede através de WiFi.
- Articulação com as instituições de ensino superior de Ponta Grossa para possibilitar a inserção de estagiários das diferentes licenciaturas e outros cursos para desenvolverem projetos específicos.

- Manutenção de projetos significativos como a Feira do Livro.

7. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Conceituação: Este princípio marca a valorização dos professores como importantes mediadores do conhecimento. Considera também os demais profissionais da escola como agentes concretos da efetivação de uma educação humanizadora e transformadora. Defende a formação continuada de todas as categorias envolvidas no processo de escolarização. Respeita a participação democrática de todos os envolvidos nos processos decisórios com respeito à educação.

Ações:

- Valorizar os professores de acordo com a sua formação.
- Discutir reivindicações dos professores sobre revisão do plano de cargos, carreira e salários.
- Definir e propor critérios para o exercício da função de pedagogo nas escolas.
- Repensar as funções das equipes de ensino a partir de critérios técnicos e de formação.

- Implantar uma proposta de formação continuada a partir do diálogo com os profissionais da educação e que atenda às necessidades reais dos diferentes níveis.
- Oferecer cursos para merendeiras, atendentes de biblioteca e agentes de apoio das escolas municipais.
- Oferecer formação aos servidores das escolas, condizentes com os princípios orientadores da educação municipal.
- Criar o “Prêmio Educação” para docentes e gestores que efetivarem projetos educacionais, culturais e/ou desportivos criativos e inovadores a serem realizados nas escolas municipais.
- Implantar um programa de desenvolvimento profissional para os profissionais da educação, em parceria/convênios com instituições de ensino superior locais.

8. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO FORMAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Conceituação: Este princípio marca a importância da qualidade dos conteúdos e métodos educacionais no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, com vistas ao sucesso escolar, a continuidade nos estudos e preparação para a vida. Entende que escolas de qualidade são aquelas que promovem relações pedagógicas que levam os alunos a se apropriarem do

conhecimento acumulado pela humanidade, compreendendo o mundo que os rodeia e construindo personalidades autônomas, cooperativas e críticas.

Ações:

- Avaliação da proposta dos Ciclos de Aprendizagem, com o objetivo de identificar aspectos que possuem impacto na qualidade educacional, tais como: avaliação, classes de apoio, professor co-regente, formação continuada, etc.
- Revisar o número de profissionais nos CMEIs, a fim de atender adequadamente às necessidades das crianças pequenas.
- Criar mecanismos para melhoria do atendimento educacional necessário ao processo de inclusão de alunos com dificuldades específicas.
- Implantar gradativamente a educação em tempo integral, com uma proposta pedagógica adequada a essa modalidade de educação.
- Buscar a articulação das escolas municipais com as escolas que oferecem o segundo segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), com o objetivo de evitar a descontinuidade na aprendizagem e garantir a permanência e o sucesso escolar durante todo o Ensino Fundamental.

Eixo Temático: Saúde

1. Análise situacional

O programa mais médico do Governo Federal, aliviou a pressão por consultas médicas e hoje temos médicos em todas as unidades de saúde, a grande maioria estrangeiros, o que tem contribuído em muito pela melhora do atendimento médico na cidade.

Mas é preciso bem mais que somente a consulta médica, é preciso melhorar a qualidade de todo o serviço de saúde, pois esta é a grande reclamação ouvida da população de Ponta Grossa.

Temos hoje uma melhor infraestrutura, mas não temos a mesma melhora no atendimento e no resultado desse atendimento. É preciso melhorar a atenção e o acompanhamento dos pacientes que procuram o sistema de saúde. É PRECISO REORGANIZAR OS SERVIÇOS DE MODO QUE ELES ESTEJAM MAIS DISPONÍVEIS E SEJAM DE MELHOR QUALIDADE.

Somente o diagnóstico da doença não resolve para o paciente. Ele precisa receber todos os cuidados necessários para a cura de seu problema ou ao não agravamento de sua condição, nos casos de doente crônicos. O que significa:

- Ter acesso ao medicamento e o acompanhamento em sua utilização através do farmacêutico;
- Ter acesso a exames que possam mostrar se seu estado de saúde está melhorando ou piorando;
- Ter acesso a consultas de especialista com posterior retorno ao médico da atenção básica para acompanhamento;

- Ter acesso aos medicamentos prescritos por esse especialista; ter acesso a uma internação, e se necessário, acesso a uma cirurgia.
- Ter finalmente, acesso a um grupo maior de profissionais de saúde para auxiliar no acompanhamento de seu estado de saúde. Se consulta e medicamento resolvesse. Muitos dos problemas de saúde que afetam a população não mais existiriam, é preciso muito mais que consulta e medicamento é preciso uma nova forma de organizar a saúde em nossa cidade.

Os serviços de saúde pública de Ponta Grossa não teve avanços significativos nos últimos anos, muito embora, o governo federal tenha, através do Ministério da Saúde, ampliando os investimentos em todas as áreas, da atenção básica, à rede de urgência e emergência.

Em 2013 os repasses foram de R\$ 24.561.818,00

Em 2014 os repasses foram de R\$ 31.019.990,15 (26% a mais)

Em 2015 os repasses foram de R\$ 33.567.376,28 (11% a mais)

Em 2015 tivemos os seguintes repasses

- Assistência farmacêutica –	R\$ 1.724.873,19
- Atenção básica -	R\$ 16.416.294,05
- Gestão do SUS	R\$ 35.000,00
- Investimento	R\$ 2.811.615,33
- Média e alta complexidade	R\$ 3.238.207,14
- Vigilância em Saúde	R\$ 1.762.523,47

Total	R\$ 33.567.376,28
-------	-------------------

Também o município ampliou os investimentos, sem contudo melhorar a qualidade da atenção à saúde dos pontagrossenses.

Dessa forma, o que se verifica é uma necessidade de mudança na forma de administrar a saúde pública, na maneira de sua organização na relação com a área hospitalar da cidade e como é conduzida pelos profissionais de saúde.

2. Propostas

Para melhorar os níveis de saúde e satisfação dos usuários dos serviços de saúde, além de facilitar o acesso à consulta, o Ministério da Saúde demonstra em suas Portarias, que o mais necessário é tornar mais resolutiva cada intervenção médica, incluindo aí o apoio de outros profissionais de saúde que podem complementar a atividade médica e torná-la mais produtiva.

Para implantar essa mudança, será necessário:

Capacitar os profissionais de saúde e garantir acesso a diversos recursos de diagnóstico e tratamento para os pacientes que utilizam os postos de saúde.

Ampliar as equipes de saúde com outros profissionais, tais como fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, assistentes sociais e educadores físicos com trabalho mais efetivo.

Garantir apoio de especialistas aos profissionais da atenção básica no tratamento de doenças crônicas, principalmente.

Mudar a organização do sistema local de saúde, de forma a seguir as diretrizes do Ministério da Saúde, implantando as redes de atenção à saúde,

que garantirão maior número de consultas e maior resolução dos problemas de saúde da população.

3. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

1. Ampliar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família no município, de forma a atender a 100% da população da cidade em todas as unidades de saúde. Hoje estamos bem perto disso.
2. Construir novas unidades de saúde – Nas novas vilas que estão surgindo em razão do projeto Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.
3. Implantar o "Acolhimento" proposta pelo Ministério da Saúde, de forma a melhorar o atendimento a todos que procuram as unidades de saúde.
4. Elaborar as Linhas de Cuidado para garantir a integralidade do cuidado - definindo o papel de cada unidade e suas responsabilidades sobre o cuidado e colaborando na organização do atendimento
5. Fortalecer as ações de promoção e prevenção da Atenção Básica na lógica de colaborar com a autonomia do cidadão sobre sua saúde
6. Reorganizar a gestão da Secretaria de Saúde de forma a atender as necessidades nas Unidades de Saúde, desde o fornecimento de material, informações e apoio de gestão para garantir seu funcionamento adequado.
7. Para melhorar o atendimento, os médicos do PSF terão maior acesso a exames como ultra-sonografia, endoscopia e maior rapidez nos exames de Raio X e análises clínicas. Com isso, eles precisarão encaminhar menos pacientes para os médicos especialistas. Diminuindo as filas e aumentando a capacidade desses médicos em resolver os problemas dos pacientes que procuram os postos de saúde.

8. Interligar todos os pontos de atenção por meio de um sistema de informação e prontuário eletrônico que possa ser acessado em todos os pontos da rede.
9. NASF – Reformulação da forma atual de funcionamento do NASF, de forma a seguir as recomendações do Ministério da Saúde. garantido um rápido acesso a médico ginecologista, obstetra e pediatras, que darão suporte aos médicos do PSF, possibilitando que os médicos da ESF consigam resolver mais problemas e encaminhem menos – Proporcionar que fisioterapeutas, , nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, professores de educação física e farmacêuticos, possam atuar nos antigos CAS, de forma a ampliar o atendimento o atendimento à saúde dos pacientes que procuram as equipes de Saúde da Família da região de cada CAS.
10. Ampliar a Residência Médica e Multiprofissional - colaborando na fixação de profissionais no município e criando incentivos a formação desses profissionais para as reais necessidades da nossa população e um modelo de saúde mais justo
11. CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL A SAÚDE; Implantar as Práticas Integrativas - Implantação de terapias como Acupuntura, Do In , homeopatia e Fitoterapia para tratamento de pacientes que não conseguem se manter nas terapias medicamentosas, ou essas não fazem mais efeito.
12. Definir as equipes de referencia para todas as regiões do município - estabelecer o território de responsabilização de cada Instituição de Saúde, favorecendo a responsabilização das equipes sobre seus territórios.
13. Estabelecer espaços Intersetoriais entre as diferentes secretarias objetivando resolver problemas comuns nos territórios que ultrapassem as ações de uma secretaria isolada, mas onde a solução esteja no trabalho conjunto dessas secretarias.

4. ESPECIALIDADES

4.1. A transformação do CAS em Centro Regionais de Especialidade - oferecendo além do trabalho dos NASF, consultas de especialidades básicas, tais como Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia, e consultas de algumas especialidades com maior demanda da população. Funcionarão nas seguintes regiões da cidade: Centro, Uvaranas, Oficinas, Nova Rússia. Neste caso, os pacientes da atenção básica teriam acesso mais facilitado ao atendimento de Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia além de Cardiologista para controle de doenças crônicas.

4.2. Ampliar o horário de atendimento dos Centros Regionais de Especialidade (antigo CAS) para o atendimento dos trabalhadores que não conseguem acessar o serviço em outro horário, com atendimento médico, farmácia, odontologia, suturas, etc.

4.3. Ampliar o acesso a especialidades médicas, vinculadas à idéia de rede de atenção à saúde, proposta pelo Ministério da Saúde – neste caso o paciente é atendido pelo especialista e acompanhado pelo médico da UBS, de forma a garantir que ele tenha maior acesso a consultas e se mantenha no tratamento proposto pelo especialista.

4.4. Criar uma Clínica Oftalmológica para atendimento dos pacientes com necessidade de atenção oftalmológica – INCLUSIVE COM ACESSO A CIRURGIAS. – São milhares nas filas atualmente e sem expectativa de serem atendidos.

4.5. Buscar parcerias para melhora dos serviços e atendimento no Hospital Municipal;

4.6. Ampliação da Rede de Saúde Mental – com a abertura de mais Centros de Apoio Psicosocial, os chamados CAPS.

4.7. Buscar recursos para um programa de atenção ao usuário de Crack.

4.8. Atendimento da população vulnerável por meio dos consultórios de rua.

4.9. Garantir a saúde de grupos específicos, garantindo a universalidade, equidade e integralidade do cuidado - GBLT, negros, pessoas de rua, doenças raras.

5. HOSPITALAR

5.1. Organizar o papel dos hospitais pensando nas necessidades do município e da região - realizar um planejamento conjunto com todos os hospitais da cidade e a Secretaria Estadual de Saúde de forma a definir as responsabilidades inerentes a cada um no atendimento aos pacientes do SUS.

5.2. Buscar recursos para garantir esse papel na rede

5.3. Melhorar os serviços de urgência e emergência, de forma que suporte a essas necessidades

5.4. Melhorar a relação dos hospitais com a rede básica de saúde - garantir a integralidade do cuidado no tempo adequado, permitir aos hospitais realizar a transferência do cuidado á rede básica e aos familiares ou á Internação domiciliar - quando necessário.

5.5. Transformar o Hospital da Criança em Hospital Materno Infantil dos Campos Gerais, com atendimentos de maior complexidade e cirurgias pediátricas, em parceria com os governos estaduais, federais e com a UEPG.

5.6. Regulação Municipal/Regional - Para ter maior controle sobre as internações, sobre as normas existentes ou sobre a criação de novas normas para a melhor utilização dos leitos SUS da cidade e fiscalize os acordos implantados para aumentar o número de atendimentos aos pacientes que ficam no Pronto Socorro aguardando vaga ou são socorridos pelo SIATE E SAMU. Buscando regulação de 100% dos leitos/exames/consultas referenciadas do SUS por essa equipe especializada.

5.7. Rede Cegonha - Melhorar a assistência materno-infantil repactuando com os hospitais e Secretaria de Saúde a forma de ampliarem seus atendimentos e garantir a qualidade no nascimento para todas as gestantes da região.

5.8. Rede de Urgência e Emergência - Estabelecer as linhas do Cuidado de Infarto Agudo do Miocárdio, Acidente Vascular Cerebral e Trauma de forma conjunta entre os hospitais envolvidos da forma mais rápida e adequada.

5.9. Dar apoio a rede de urgência emergência por meio da descentralização do atendimento do SAMU, com ambulância e equipe básica de suporte a vida nos diferentes pontos da rede de atenção em urgência/emergência, vinculados a regulação central do SAMU.

5.10. Rede de Doenças Crônicas - trabalhar junto às novas orientações do ministério da saúde sobre o cuidado adequado de toda rede de assistência no cuidado ao doente crônico, o que significa ampliar o grupo de profissionais que atuam junto ao paciente, dividindo responsabilidades com a área médica e tornando mais seguro o acompanhamento do paciente.

5.11. Onco rede - estruturar junto ao estado um cuidado mais adequado ao paciente com câncer - garantir em tempo adequado os exames, consultas e procedimentos para o diagnostico, tratamento e acompanhamento do paciente e seus familiares.

5.12. Melhorar o acesso aos pontos de atenção (hospitais, Centro Municipal da Mulher, Centro de Especialidades, UPA, Centro Regional de Especialidades (nos bairros), por meio da implantação da linha da saúde (ônibus específico que fará o deslocamento dos pacientes em horários pre estabelecidos).

6. CONTROLE SOCIAL

6.1. Fortalecer a relação com o Controle Social

6.2. Dar condições para melhor formação e preparo dos conselheiros

6.3. Ter uma relação de trabalho com o Conselho Municipal de Saúde que amplie as discussões sobre o sistema de saúde local e permita que os Conselheiros opinem sobre as mudanças e tenham ampla liberdade de fiscalizar os gastos e os serviços de responsabilidade do município.

7. MEDICAMENTOS

7.1. Ampliar a lista de medicamentos da atenção básica hoje distribuídos para a população, de forma a investir todos os recursos que o município deve investir.

7.2. Estabelecer uma câmara técnica com condições de garantir o acesso de pacientes com doenças raras que precisem de medicamentos fora da lista.

7.3. Criar a FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO MUNICIPAL com a função de manipular um grupo de medicamentos das especialidades médicas, que são mais caros e hoje não estão disponíveis para a população e produzir fitoterápicos para toda a rede.

7.4. Garantir que a população tenha informação e acompanhamento profissional durante seu tratamento com medicamentos. Isso trará um uso racional do medicamento e propiciará que os pacientes acompanhados sigam o tratamento e tenham informações corretas para melhorar seu estado de saúde.

8. INTERNAÇÃO DOMICILIAR

8.1. Existem muitos pacientes acamados em nossa cidade e que precisam de uma atenção especial.

8.2. Ainda assim existem outros pacientes os quais é melhor mantê-los em casa e deslocar uma equipe para dar os cuidados quando a família encontra dificuldades.

8.3. Portanto, o PROGRAMA DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR irá acompanhar centenas de pacientes, tratando-os em sua casa, garantindo assim maior segurança e conforto a esses pacientes e diminuindo a chance de virem a contrair uma infecção hospitalar devido a sua baixa imunidade.

8.4. Esse programa não substituirá as visitas dos Médicos e Enfermeiros do Saúde da Família, mas sim atuará de forma complementar, interligando o cuidado do nível hospitalar e a rede básica ampliando as condições de atender a todas as necessidades da população de Ponta Grossa.

9. RESOLUTIVIDADE

9.1. É preciso aumentar a resolutividade das consultas, por que é preciso resolver o problema da forma correta e no tempo adequado. Por isso, vamos dar mais condições para que os profissionais dos postos possam diagnosticar melhor, acompanhar melhor e tratar melhor os pacientes que os procuram. Para isso, devemos garantir qualidade e agilidade:

9.2. Nos exames de análises clínicas, criando um código segundo a urgência do exame, de forma a poder retornar no menor tempo possível um resultado quando necessário.

9.3. Nos exames de Raio X possam ser realizados rapidamente, para que os trabalhadores das Unidades de Saúde possam melhor diagnosticar e tratar os pacientes, sem a necessidade de encaminhá-los todos ao Pronto Socorro.

9.4. Garantir o acesso a exames de ultra-som, endoscopia e outros exames de maior relevância na prática diária do profissional da Unidade de Saúde.

9.5. Nas avaliações realizadas pelos especialistas de forma a fortalecer o cuidado da rede básica sobre seus moradores do território, e aumentando a autonomia da equipe e referência (unidade de saúde) sobre as doenças mais comuns no seu território.

10. PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

10.1. Melhorar as condições de trabalho dos profissionais de saúde que trabalham para o Município. Ampliar a participação deles na administração da saúde municipal, tanto na unidade de saúde em que trabalham como em toda a política da secretaria de saúde ampliando gradualmente a democracia institucional.

10.2. Educação Permanente em Saúde - elaborar junto com os trabalhadores e universidades uma proposta de educação permanente dos trabalhadores da rede garantindo não só as capacitações técnicas mas também um processo de reflexão sobre a prática diária, de forma a garantir a qualidade da assistência, do cuidado e do trabalho em equipe.

10.3. Implantar o plano de cargos, carreiras e salários onde todos os trabalhadores terão aumento de salário baseado na produtividade, nos cursos realizados e no tempo de serviço

Eixo Temático: Assistência Social

É preciso efetivar a proteção social básica com atendimento nos CRAS (Centro de referência de assistência social) e especial nos CREAS (Centro de referência especializado de assistência social) garantindo que a organização das ações públicas promovam a inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade social, discriminação e situação de subalternidade preservando o atendimento como direito social.

Não podemos esquecer que entre as cidades de médio porte no Brasil Ponta Grossa tem uma das distribuições de renda mais injustas do País e parte da população ainda mora em condição irregular. Para enfrentar esses problemas, propomos:

1. Fortalecer os órgãos/setores da administração municipal que atuam na área de assistência social.
2. Adequação da estrutura física contemplando a acessibilidade e recursos materiais de acordo com as normas da rede de equipamento socioassistencial com prioridade aos CRAS;
3. Capacitação permanente aos trabalhadores do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), estendido à rede de ação intersetorial, visando a qualidade de atendimento e humanização dos serviços socioassistenciais;
 - 3.1 – Criação da ouvidoria do SUAS e ouvidorias específicas para atendimentos especializados como a ouvidoria da mulher.

3.2 – Criação de departamentos especializados como o departamento anti-drogas, articulado com a secretaria de segurança e o departamento de direitos da mulher.

4. Implantação de novos CRAS a partir de definição conjunta com o CMAS (Conselho municipal de assistência social) em áreas de vulnerabilidade social;

5. Alocar no Fundo Municipal de Assistência Social todos os recursos orçamentários do Município, para as ações da Política de Assistência Social

6. Implantação de programas, projetos e serviços municipais que desenvolvam a autonomia dos usuários garantindo mecanismos para a inclusão social, assegurando o direito a convivência familiar e comunitária promovendo acesso a benefícios e serviços socioassistenciais;

6.1. Reativação do projeto acolher, dentro da rodoviária;

6.2. Organização de plantões sociais noturnos;

7. Realização de busca ativa e cadastramento da população de extrema pobreza que não possua documentação, planejando ações, tanto no plano estratégico quanto operacional, que visem estabelecer prioridades em implementação para capacitações profissionais e inclusão de usuários no quadro funcional através de encaminhamentos da rede socioassistencial;

8. Investir em ações que propiciem o atendimento ao idoso, através de centros de convivência, priorizando o atendimento em meio aberto;

9. Reavaliar periodicamente o valor per capita do financiamento dos serviços socioassistenciais;

10. Implantação de sistema informatizado para interligar os sistemas de cadastramento e acompanhamento de usuários;

11. Elaborar um plano integrado de ação na área da infância /adolescência e juventude, com objetivo de proteção social integral;

12. Apoiar e implementar ações destinadas a pessoas portadoras de deficiências.
13. Valorizar a ação dos conselhos tutelares e do conselho municipal da criança e do adolescente na gestão pública em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o sistema nacional do atendimento socioeducativo e o plano nacional de convivência familiar e comunitária.
14. Promover a proteção aos direitos das mulheres visando sua autonomia econômica, o combate aos preconceitos e a violência sexista.
15. Implantar, juntamente com outros eixos temáticos como esporte, cultura, educação, etc., políticas para a juventude que garantam formas de experimentação e aprendizado assegurando educação, trabalho, emprego e renda, cultura e plena integração na sociedade.

Eixo Temático: Cultura e Turismo

1- Nossa concepção

Em nossa concepção a cultura é uma disputa cotidiana, e torna-se necessário a ocupação permanente de escolas, igrejas, centros comunitários, rádios, TVs, praças e ruas, lares, bares e tantos outros lugares promotores culturais de nosso povo. Cultura assim se traduz em desenvolvimento humano, modos de vida, trabalho e renda que valorizem as raízes de nossa terra e as escolhas de seus moradores. Turismo, por outro lado nos permite explorar as possibilidades econômicas derivadas das atividades geradas pela identidade cultural e ou pelas condições paisagísticas e ambientais de nossa sociedade.

2- Nossa proposta:

A proposta de política cultural para a nossa gestão tem suas raízes em três frentes de trabalho: uma incubadora de produção cultural, os festivais e a infra-estrutura de suporte e divulgação. Estas frentes são a visão estratégica de ação cultural do poder público municipal como espaço privilegiado para o fomento da produção e consumo de cultura em âmbito local e de ações que objetivem a geração de emprego e renda no âmbito cultural. Assim, a ação cultural do município será vista de forma integrada e articuladora das ações voltadas a formação, a produção e a sustentabilidade das ações culturais nos seus diversos campos. Algumas ações específicas são:

- 2.1- Incrementar a vida cultural de Ponta Grossa: Incubadora de produção cultural, festivais e infraestrutura de suporte e divulgação;
- 2.2- Definir critérios para o plano de preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico;
- 2.3- Fortalecer os conselhos de Cultura, de Patrimônio e o de Turismo;
- 2.4- Promover a cultura da PAZ;
- 2.5- Criar projetos de governo como o selo cultural e incentivos fiscais para a cultura;
- 2.6- Apoiar a realização de congressos e eventos acadêmicos integrando nossas universidades à vida cultural e econômica da cidade.
- 2.7- Rever e atualizar o plano Diretor de Turismo, com a participação das instituições relacionadas ao setor.

Eixo Temático: Esporte e Lazer

1 Conceção

Nossa concepção baseia-se num processo democrático e igualitário, que procura convergência na diversidade, com base no respeito, além da clareza que não é mais tempo de procurar um protagonismo equivocado, baseado no modelo de um “primeiro mundo”, mas, sim, de nos envolvermos com determinação, competência e garra na construção de um mundo diferente e melhor, fundado em valores como equidade, fraternidade, generosidade, respeito e a valorização da diversidade em formas de saber e atitudes de viver elaboradas individual e coletivamente.

Neste contexto, o papel do Esporte e Lazer na cidade é fundamental. Nesse sentido, o esporte como direito do cidadão é garantido na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo n. 217, evidencia a prioridade para o desporto educacional e o desporto de participação, ressaltando para alguns casos específicos, o desporto de rendimento (alto nível).

Fazendo referencia ao já exposto, coloca-se em evidencia a “Carta Internacional de Educação Física, Atividade física e do Esporte” (2015), onde a mesma faz jus a Declaração Universal dos Direitos Humanos em fortalecer o direito do esporte (Lazer, Rendimento e principalmente o educacional) a todas os cidadãos, independente da sua classe social ou fase de seu desenvolvimento humano, sendo considerado um direito fundamental de todos.

No Estatuto do Idoso, é reforçado o direito dessa parcela da população ao esporte e ao lazer, sendo o mesmo acontecendo com o Estatuto da

Criança e do Adolescente, que asseguram como dever do estado, fomentar a esses indivíduos locais de acesso às praticas da educação física, dando-lhes condições adequadas para realização da mesma. Sendo, portanto, obrigação do estado atender de forma digna desde a criança até o adolescente o acesso a pratica esportiva no âmbito educacional e de lazer.

Nesse caso, podemos concluir que o foco das administrações públicas, em especial na esfera municipal, na atual conjuntura político-econômica do país, reforça tais prioridades, ou seja, o esporte e o lazer, em âmbito municipal deve concentrar suas ações, nas questões da educação e participação, sendo que o esporte de alto rendimento deverá ser observado, mas no sentido de fomento e gestão nas parcerias público-privadas, pois como salienta Tubino 2010 “reforça-se a necessidade da legitimação do esporte dentro das políticas públicas, com ênfase no apoio ao esporte educacional e esporte lazer.” Ressaltamos assim que, as políticas públicas como questões sociais devem contribuir de modo decisivo para o combate das desigualdades, para melhoria da distribuição de renda e riqueza, para a ampliação da felicidade, da qualidade de vida e do bem estar da população. Nesse sentido é fundamental que se assegure o acesso universal a bens e serviços públicos relevantes. Para a Rede Sustentabilidade é dever do estado garanti-lo aos cidadãos.

Uma cidade com 350 mil habitantes, como Ponta Grossa, tem uma cultura esportiva e de lazer que, não obstante seja rica em experiências, passa por um ciclo de mais de dez anos sem investimentos básicos, onde a infra-estrutura foi deteriorando-se, onde as pontes comunitárias foram sendo desfeitas e onde o trabalho feito pela Secretaria Municipal de Esportes e Recreação, de forma muito positiva nos anos 1980 e 2003, foi perdida. Atualmente, há a Fundação Municipal de Esportes, que conta com menos de 20 profissionais da Educação Física, que recebe pouco mais de 0.5% do

orçamento municipal e não possui parcerias concretas para o esporte, como deveria ser na criação da FUNDESP.

2 Objetivos

Avaliar a estrutura, projetos e políticas junto aos profissionais da Fundesp, valorizando os recursos humanos da pasta (janeiro/2017);

Integrar a SMEL junto à: SME, Fundação Cultural, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, para a organização de projetos conjuntos (janeiro/2017);

Dobrar o orçamento para a área do Esporte e Lazer (para 2018, pois o orçamento de 2017 é votado em 2016);

Construir, com clareza e planejamento, a Política Municipal de Esporte e Lazer, integrando sociedade civil, ligas desportivas, associações de moradores e Cursos de Educação Física da UEPG e IESSA (julho/2017);

Retomar projetos viáveis já existentes (fevereiro/2017), após avaliação com equipe da SMEL;

Criar novos projetos comunitários de Esporte e Lazer (fevereiro/2017), avaliando espaços e públicos (regiões violentas da cidade);

Propor a criação do Departamento de Integração de Políticas para Esporte e Lazer (fevereiro/2017), objetivando reunir políticas de contra-turno escolar voltadas às atividades físicas e esportes;

3 Propostas

Esporte

Construir a Política Municipal de Esporte e Lazer (prazo – julho de 2017), através de seminários, aonde profissionais, poder público e as universidades discutam e argumentem objetivamente, para cumprir o prazo da meta e enfim realizar o documento, que será o ponto de partida das ações concretas.

Apoiar ligas e associações de bairros (Integrar a cidade);

Rever critérios de apoio às equipes, aos atletas de rendimento e a participação do JAPs; (Lei de Incentivo ao Esporte); A cidade historicamente tem participações expressivas nas competições oficiais do estado. O que podemos fazer para fortalecer, visto que o objetivo “rendimento” deve se sustentar na alternativa privada de viabilização dos recursos. Aqui, cabe um setor especializado na integração do esporte rendimento com as empresas.

A criação de uma lei, que priorize além do imposto doado pela iniciativa privada, que os empresários tenha também a sua valorização, o seu abatimento de imposto municipal;

Ocupar espaços ociosos – Arena, Ginásio dos Deficientes, Colocar profissional de Educação Física nos campinhos, Copa “Cidade em Rede”; Um grupo específico itinerante vai ‘rodar’ nos campos, levando, atividades lúdicas e qualidade de vida, dando vida ao campinho, não deixando o mesmo a mercê dos problemas sociais, e sim, trazendo o menino, a criança o jovem para dentro do universo do esporte;

Criar 10 núcleos de atendimento ao esporte “Escola da Bola” – Projeto Piloto (em comunidades com grupos vulneráveis).Fazer o levantamento, mapeamento dos lugares mais violentos, e inserir a partir da cultura prévia da região, atividades com o polo.

Lazer

Revitalizar praças (fisicamente e, especialmente como espaço de lazer) com projetos de atendimento a população- projeto “Ginastica na Praça” e “Esporte na praça”)

Criar ônibus itinerante do lazer (publico-privado)

Criar oficinas integradas de ação nos bairros (recreação, palestras, relacionadas à atividade física e bem-estar);

Estruturar novas vias para ciclistas, caminhada e corrida de rua (*campanha – mobilidade urbana);

Fomentar a participação da população aos espaços públicos de lazer, através de campanhas e projetos com associação de moradores;

Estruturar o “Projeto Bairros em Rede”- na forma de ação, dividindo a cidade em 12 setores, com uma grande ação em cada mês em um setor (podendo interligar a Copa Cidade em Rede).

Estruturar a “Comunidade em Rede”- promover a escuta dos bairros sobre a necessidade de lazer e esporte na sua localidade, procurando interagir o órgão publica e sua comunidade, para construir junto a comunidade a ação mais indicada na região.

Integração com o eixo Educação

Com a criação do PIBID local, em parceria com universidades, trazendo acadêmicos (Educação Física, Pedagogia, Artes, Letras) para o campo de trabalho e dando mais possibilidades práticas de esporte e lazer. (Professor de Educação Física como coordenador de campo). Através do departamento de integração, estagiários do esporte, estarão diretamente trabalhando nas escolas, criando opções ao contra turno, elevando a qualidade do esporte escolar;

Fomentar Festivais Esportivos em diversas áreas e modalidades (Mês da modalidade esportiva),

Criar de Projetos de contra-turno escolar ligados ao PIBID local (Artes Marciais, Dança, Teatro); Criar 5 polos em locais de maior índice de violência na cidade;

JEM – Historicamente, se tornou o maior evento esportivo na nossa cidade, o JEM, é a olimpíada de Ponta Grossa, esperado pelas crianças, pais e professores; melhorar o JEM, ampliar sem perder sua característica, fazer com que o JEM engaje AS crianças no dia a dia escolar. O Esporte Escolar, precisa de educadores, então o cunho educativo será mais valorizado;

JEEM – Transformar o JEEM, nas mãos dos professores da Rede Municipal, a organização do mesmo se tornaria mais específica de acordo com a realidade e não seria fechada, a cada ano, a realidade bem conhecida através dos mesmos poderá enriquecer mais a competição, que também deve ser revitalizada na questão de competição, vinculada ao esporte educacional.

CEM – Rever, competição defasada, número de equipes participante baixíssimo e alto custo para sua realização;

Integração com o eixo Saúde

Ampliar o número de profissionais de Educação Física e Esportes junto ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF);

Integrar projetos de prevenção da saúde ligados às Unidades Básicas de Saúde (UBS); Projeto Piloto - UBS

Integrar projetos de saúde nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS e CREAS (Pense, Sentinela e Central); FAPI, etc.

Integrar projetos de esporte, saúde e lazer junto aos Grupos de Terceira Idade;

Integrar projetos em praças com atividades diferenciadas para crianças, jovens e adultos e 3 idade com o objetivo maior ligado a Saúde. Ex : crianças : recreação, jovens e adultos: jogos e atividades físicas, 3 idade: caminhadas e alongamento;

Disponibilizar um profissional de Educação Física nos locais das “academias ao ar livre”, para orientação adequada para as pessoas (atualmente, estes espaços servem para crianças “brincarem” nos equipamentos);

Integrar ao PSF e estender a noção de saúde comunitária nas escolas, com palestras e atividades que envolvam a saúde . A equipe pedagógica, o educador físico e as ACSs devem trabalhar coletivamente na elaboração destas ações.

4 Recursos

Avaliar recursos humanos, físicos e materiais disponíveis. Entre o que se diz e o que existe de fato.

Viabilizar recursos via Ministério do Esporte.

Dobrar orçamento para a SMEL.

Diretriz 2 – O cuidado com a cidade

Eixo Temático: Desenvolvimento Urbano

1. Diagnóstico

Os ponta-grossenses se locomovem hoje através de uma rede de ruas com mais de 1.200 quilômetros. O recenseamento de 2010 mostrou aos pesquisadores do IBGE que 51% dos habitantes moram em ruas sem pavimento, pior índice entre todas as cidades médias do Paraná e que nem mesmo contando com a malha viária dos conjuntos do programa Minha Casa Minha Vida se consegue fazer chegar aos 60%. A topografia impõe restrições à mobilidade por conta dos fundos de vale que separam os espigões onde estão os maiores bairros; as ligações entre eles ou terão acentuada declividade ou exigirão obras de arte de algum porte. Há forte dependência de toda a população em torno do comércio e dos serviços que são localizados na região central, o que exige longos e frequentes deslocamentos para usufruir de seus recursos. Ao contrário do foi planejado no Plano Diretor de 1992, a criação de polos comerciais no entorno dos atuais terminais de transporte coletivo não aconteceu (com exceção de Nova Rússia) e o centro continua sendo demandado pelos usuários dos 161 mil carros, utilitários e caminhões (e mais 25 mil motos e motonetas): essa demanda o centro de Ponta Grossa não comporta: seus quase 80 km de ruas admitem, no máximo, 25 mil carros... para-choque a para-choque!

A questão tomou essa proporção nos últimos anos: milhões de pessoas no país passaram a ter automóveis e a proliferação de casas em locais

distantes está pressionando cada vez mais a demanda por transporte urbano. As gerações mais velhas nem imaginavam tal cenário e não têm ferramentas para enfrentar o problema. É preciso inovação e, nesse caso, o mundo inteiro aponta o apoio ao transporte público eficiente como a única solução sustentável para a mobilidade urbana.

2. Princípios / Conceitos / Ações

1. TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE

Como a cidade apresenta muito pouca densidade, a exigência de uma cobertura espacial mínima se faz às custas da cobertura temporal. Ou seja: os intervalos entre viagens são muito grandes e afastam os usuários do sistema. Para isso é preciso hierarquizar as linhas: ônibus grandes e frequentes nas linhas tronco e muitos ônibus de menor porte nas linhas alimentadoras.

Pretende-se deixar estruturado um sistema BRT (bus rapid transit) com cinco grandes eixos (além dos três já existentes, criar urgentemente a linha troncal Santa Paula e, mais tarde, Jardim Carvalho). No sistema BRT haverá estações de integração no meio do caminho e com isso os ônibus alimentadores poderão não precisarão ir sempre ao terminal. As estações podem e devem ser transformadas em pontos de encontro, com comércio, serviços e mesmo repartições governamentais de apoio à população...

2. ESPAÇO PARA PEDESTRES E PARA CICLISTAS

Quando o passageiro chega ao seu ponto de desembarque ou quando o motorista estaciona seu carro, ele volta a ser pedestre, seu estado natural... Em Ponta Grossa, as calçadas de quase todas as ruas não são convidativas e é preciso cuidar também delas.

A bicicleta é um excelente meio de transporte para ir, por exemplo, de casa ao terminal de ônibus... mas isso exige espaços seguros para deixá-la até o retorno. Bicicletários bem localizados são tão ou mais importantes do que ciclovias, mas a sua rede será estendida... mesmo que se tenha que tirar alguns estacionamentos ao longo das ruas e levá-los para bolsões.

3. A MALHA VIÁRIA COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO

Adiante se trabalha o eixo temático “Desenvolvimento sócio-econômico” cujo diagnóstico traça um panorama carregado: as indústrias atraídas criam renda, mas não criam empregos. Numa cidade como Ponta Grossa, os empregos estão no setor terciário: comércio e serviços. Cada avenida nova que se abre oferece oportunidades para um grande número de atividades econômicas e, por isso, o planejamento tem que aproveitá-las, colocando espaços à disposição de habitação social e de geração de emprego e renda...

4. PLANEJAMENTO ABRANGENTE

Aproveitar as sinergias entre as diversas ações que o poder público empreende exige que o planejamento seja simultaneamente panorâmico e detalhado, explorando as possibilidades de aproveitamento de uma ação em benefício de outra. A falta dessa atitude implica em termos casos como dos conjuntos MCMV Londres, Panamá e Costa Rica, que não têm sequer uma pequena padaria... numa cidade com tantas necessidades de emprego.

Eixo Temático: Desenvolvimento Rural

1- Diagnóstico Geral:

1.1- A agropecuária contemporânea está lastreada cada vez mais na busca de melhoria de produtividade, o que resulta, no modelo tecnológico predominante, no uso intenso de insumos externos ao imóvel produtivo, como máquinas e equipamentos, adubos químicos e venenos, principalmente na produção de commodities como o soja, milho, trigo e carnes em geral, que traz como consequência negativa a contaminação destes alimentos, do meio ambiente em geral, como água e solos, além de deixar o produtor rural extremamente dependente destes insumos para produzir.

1.2- As margens de lucro por unidade produzida, tem se reduzido sistematicamente, o que obriga cada vez mais o produtor aumentar a escala de produção, ou seja, só se viabiliza economicamente aqueles que cultivam grandes extensões de terra.

1.3- Neste contexto, quanto menor a área produzida, maior a possibilidade de inviabilidade econômica, o que tem ocasionado a concentração de terras.

1.4- Por outro lado, os estudos do IBGE apontam que a produção nos grandes imóveis, mais conhecido como agronegócio, é o principal responsável pela produção de commodities para o mercado externo e a produção nas pequenas propriedades, conhecidas como agricultura familiar é a responsável pela comida que vai à mesa dos brasileiros.

1.5- Para garantia da produção agropecuária, é fundamental políticas públicas, de subsídio como o financiamento da produção, seguro agrícola, garantia de preços mínimos, capacitação e mercados institucionais como a criação de estoques reguladores, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)

e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atrelados aos programas de segurança alimentar.

1.6- Estas políticas, na sua grande maioria são elaboradas e conduzidas pelo Governo Federal, cabendo em alguns casos a operacionalização pelos Municípios, como nos casos do PAA e PNAE.

1.7- A sociedade brasileira está cada vez mais consciente da necessidade de consumir produtos saudáveis, principalmente sem a contaminação de venenos, por isso que a demanda por alimentos orgânicos ou agroecológicos cresce exponencialmente.

1.8- A produção destes produtos orgânicos ou agroecológicos é realizada quase que exclusivamente por agricultores familiares, onde se inclui além nesta modalidade as comunidades tradicionais, quilombolas e assentamentos de Reforma Agrária.

1.9- Ocorre que a maioria deste público tem baixo grau de instrução e não detém as tecnologias apropriadas para tal, além de não conseguir, por si só, se organizar em cooperativas e associações, tendo como consequência disso enormes dificuldades em produzir e comercializar.

1.10- Na atualidade, a Lei 11.947/2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar resolveria todo o problema de comercialização e renda dos agricultores familiares de Ponta Grossa. Ocorre que a PMPG NÃO CUMPRE a referida lei no seu artigo 14 (Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombola).

2- Propostas:

2.1- Diagnóstico

Inicialmente, fazer um diagnóstico social, econômico e ambiental participativo nas comunidades rurais, para se obter um quadro real destas comunidades sob estes aspectos para direcionar um plano de ação;

2.2- Capacitação

Implantar um plano em consenso com os(as) agricultores(as) e suas famílias que contemple temas da produção orgânica, consciência ambiental e bem estar social em parceria, peincipalmente com órgãos públicos como Emater, UEPG, SEAB, CPRA (Centro Paranaense de Referência em Agroecologia), CENAR, dentre outros.

Aqui entra conhecimentos técnicos da produção agroecológica, agroindustrialização, comercialização, associativismo, cooperativismo, importância da preservação ambiental, práticas conservacionistas, higiene pessoal, dentre outros.

2.3- Fortalecimento da comercialização.

2.3.1- Fortalecimento do banco de alimentos do Município para que o mesmo coordene os projetos de PAA (programa de aquisição de alimentos), administrando a relação entre produtores e entidades beneficiadas, apoiando com a logística de coleta e distribuição destes produtos. Além disso, atuar também, na logística da distribuição da merenda escolar.

2.3.2- Atuar com suas Secretarias afins para atingir inicialmente o mínimo da lei 11.947 (30%), com a meta de chegar aos 100% de aquisição de produtos da merenda escolar da agricultura familiar, desde a capacitação, o fomento a organização produtiva até a disponibilização de logística.

2.3.3- Inserir, dentro das ofertas, produtos originários da agricultura familiar de Ponta Grossa nos “Mercados da família”.

2.3.4- Recriar as feiras de produtos orgânicos em vias e/ou praças públicas da cidade.

2.3.5- Atuar nas redes de economia solidária em parceria com entidades afins, como o IESOL, fortalecendo a relação direta entre produtores e consumidores.

2.3.6- Manter e se possível ampliar as feiras verdes.

2.3.7- Se for consenso com os produtores, manter a festa da uva, além de espaços públicos para a comercialização de produtos da época, como morangos, mel dentre outros.

2.3.8- Seguir fortalecendo e ampliando os circuitos locais e regionais dos negócios, para a fixação cada vez maior das cadeias produtivas no município.

3- Melhorar a infraestrutura de transporte.

- Planejar e proceder a manutenção das estradas rurais, garantindo o tráfego durante todo o ano.

Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico

1. Diagnóstico

Ponta Grossa é, fora de dúvida, um centro industrial de importância: maior gerador de PIB industrial no estado depois de Curitiba e São José dos Pinhais. O desfile de fábricas ao longo da BR-376 é realmente impressionante... mas esse dinamismo não deixa muitos frutos na cidade: as empresas são de fora, seus lucros são remetidos para as matrizes e dinheiro que fica para pagar os salários é pouco. Pouco porque as indústrias atraídas são muito pouco intensivas em mão de obra. A AMBEV, por exemplo, terá um efetivo total de 500 funcionários, o mesmo grupo de colaboradores que tem um supermercado de médio porte. O resultado é que Ponta Grossa tem o oitavo maior contingente de empregados na indústria no interior do estado: está atrás de Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina, Maringá, Cascavel, Apucarana, Arapongas e Toledo. Como a massa salarial gerada no secundário – e como a agricultura ponta-grossense é mecanizada e gera também poucos empregos – também o comércio e os serviços (o chamado setor terciário da economia, tipicamente urbano) não têm lá muito dinamismo: enquanto Curitiba tem 400 empregos no terciário para cada mil habitantes, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu ultrapassam 200 por mil, Ponta Grossa tem só 188. Para que Ponta Grossa tenha um setor terciário que empate com Cascavel, cidade de população quase igual, tem que ser gerados 17 mil empregos: isso é mais do que todos os empregos do município de Castro e 50% a mais que todos os empregos de Irati...

2. Princípios / Conceitos / Ações

1. CRIAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DE SERVIÇOS
2. CRIAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA INDÚSTRIA LOCAL
3. CONSTRUIR PELO MENOS VINTE CENTROS COMERCIAIS DE VILA
4. FORNECER MICRO-CRÉDITO PARA OS NEGÓCIOS INICIANTE
5. FUNDAR UMA ESCOLA DE NEGÓCIOS MUNICIPAL
6. CRIAR O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E A EXTENSÃO
7. ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS À COMUNIDADE
8. IMPLANTAR O PARQUE ECO-TECNOLÓGICO EM PONTA GROSSA

1. CRIAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DE SERVIÇOS

No texto do Plano Diretor de Ponta Grossa de 1967, os consultores expressaram sua estupefação pela inércia dos empresários pontagrossenses, que assistiram ao fim do ciclo da indústria da madeira. O prefeito que entrou em seguida tomou a decisão de atrair indústrias de fora e para isso criou o PLADEI (Plano de Desenvolvimento Industrial). Em face da gravidade do desemprego e do modesto desempenho do setor terciário pontagrossense, parece que chegou a ocasião de lançar um PLADECS, uma espécie de PLADEI voltado a incentivar novos estabelecimentos de comércio e de prestação de serviços... com a vantagem de que não

necessita de grandes terrenos na rodovia; só precisa estar perto dos clientes em potencial.

2. CRIAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA INDUSTRIA LOCAL

O Plano destinado a incentivar as pequenas manufaturas pontagrossenses poderá estar anexo ao PRODESI ou poderá ser encetado juntamente com o PLADECS. O que importa é fornecer apoio “no varejo”, desde pequenos espaços locados a preço acessível por alguns anos até auxílio em obter encomendas dos produtos. Trata-se de um assunto bem diferente de atrair enormes empresas como faz o PRODESI (que vai continuar existindo). Os polos de confecções e eco-tecnológico serão retomados, bem como criados outros, sempre levando em conta as vocações industriais de Ponta Grossa: alimentos, madeira e metal-mecânico. Um apoio especial será dedicado ao Arranjo Produtivo Local de móveis de aço e estanterias, que é um dos orgulhos da cidade.

3. CONSTRUIR PELO MENOS VINTE CENTROS COMERCIAIS DE VILA

Como uma alavanca para o desenvolvimento do setor terciário, a Secretaria de Indústria e Comércio fará construir centros comerciais de cinco a vinte estabelecimentos cada um, nos bairros com maior “vazios” comerciais. Para isso poderão ser destinadas áreas municipais sobrando; uma das fontes de financiamento é o Paranacidade, que incentiva esse programa usando o nome Unidade Produtiva de Negócios (UPN). Cada um dos pequenos centros poderá ter mercado, hortifrúti, padaria, açougue, salão

de beleza, farmácia, pet-shop, papelaria, etc... Os resultados do programa na vida das pessoas são em duas direções: o morador não terá que se deslocar muito para se abastecer (e, assim, vai deixar o carro em casa e andar a pé ou de bicicleta) e serão gerados pelo menos 1.200 empregos... um empurrãozinho da Prefeitura para que a economia embale e crie seu próprio ritmo.

4. FORNECER MICRO-CRÉDITO PARA OS NEGÓCIOS INICIANTES

O programa já existe; o que falta é decisão política de valorizá-lo. É claro que com o correr do tempo, os próprios centros comerciais de pequeno porte que a Prefeitura terá criado (ver proposta do item anterior) poderão capitalizar o fundo de modo a criar um círculo virtuoso que favoreça o ambiente econômico municipal, O que os beneficiários precisam é de pouca burocracia e muita confiança.

5. FUNDAR UMA ESCOLA DE NEGÓCIOS MUNICIPAL EM PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES LOCAIS

Todos nós sabemos que as pequenas empresas têm um grande coeficiente de mortalidade infantil. Firms com cinco anos já podem ser consideradas “adultas” se conseguirem passar por todos os percalços que os pequenos empreendimentos enfrentam. Aí entra a questão do preparo, que pode e deve ser fornecido através de um ambiente de educação que seja atrativo, informal e que valorize essencialmente as práticas necessárias para o desenvolvimento negocial. A escola poderá fornecer até mesmo educação formal (ensino médio profissionalizante e até faculdade, fornecendo cursos de administração, gerência, contabilidade, marketing, comércio em geral,

comércio exterior, etc, etc, etc), mas com muita força na educação continuada (cursos rápidos para atualização, extensão de conhecimento, etc). A escola enfatizará a economia solidária: ênfase na valorização do trabalho, com retribuição justa a todos os participantes da corrente negocial, já que são parceiros e não concorrentes.

A escola poderá ter como local os andares inferiores da nova construção a ser erguida no local do antigo Mercado Municipal. Através de uma OUC (operação urbana consorciada), uma empresa poderá adquirir a área para nela construir por exemplo, um edifício de escritórios e um hotel de negócios, pagando o Município com dez mil metros quadrados de área construída, que irão servir de sede para a escola e outras repartições municipais voltados ao fomento econômico. Ah, sim... os formandos da Escola de Negócios terão inscrição automática para obter crédito e começar seu negócio o quanto antes...

6. CRIAR O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E A EXTENSÃO

Criar o Fundo Municipal de Apoio à pesquisa científica e a extensão, incentivando a capacidade criadora existente nas nossas universidades a se debruçar sobre as potencialidades locais e sobre a eventual superação de limites econômicos ou tecnológicos. Mesmo pequenos valores como bolsas de iniciação científica ou editais para suporte à compra de equipamentos podem motivar os pesquisadores das nossas universidades na implementação de soluções inovadoras e baratas para a promoção do desenvolvimento local.

7. ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Muitas atividades de manutenção da cidade são deficientes por falta de estrutura e mão de obra suficientes no interior da máquina pública. Periódicamente para suprir essa deficiência a prefeitura contrata empresas através de licitação para suprir as demandas reprimidas. Ao contratar cooperativas prestadoras de serviços estruturadas nas comunidades para atividades de limpeza, pintura, jardinagem e manutenção além de promover uma dinâmica permanente de manutenção, gera empregos locais e fundamentalmente cria uma relação entre a população e o espaço local gerando uma cultura de manutenção e identificação com a cidade.

8. IMPLANTAR O PARQUE ECO-TECNOLÓGICO EM PONTA GROSSA

Apesar de a lei já ter sido criada, o parque nunca foi implantado e a lei já necessita de revisão. Ponta Grossa conta com um alto potencial tecnológico permanentemente gerado nas nossas universidades. É necessário transformar esse potencial em desenvolvimento econômico e o parque é o instrumento adequado para isso, promovendo o apoio aos empresários de tecnologia através da disponibilização da infra-estrutura e apoio na obtenção de financiamento. Dessa maneira as empresas de base tecnológica (ciência da informação, química fina, biotecnologia, nanotecnologia, etc.) que se instalarem no parque disporão de apoio para pesquisa e desenvolvimento interagindo com as empresas locais. Um dos instrumentos para a viabilização dessa proposta é o ISS Tecnológico no modelo já implantado em Londrina PR.

Eixo Temático: Habitação

1. Diagnóstico

Ponta Grossa passou nos últimos anos inaugurando casas nos conjuntos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, num total de 5.528 unidades (mais 817 pelo Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social) e há 1.070 casas em contratação. Se a isso forem somados os apartamentos construídos nos blocos do MCMV diretamente por empresas construtoras, passa de oito mil o número de unidades novas desde 2009 (ano de lançamento do programa federal). Mesmo Ponta Grossa tendo sido uma das cidades paranaenses mais privilegiadas pelo programa, a demanda reprimida era tão violenta que ainda já oito mil famílias nas filas de espera da PROLAR. Isso significa que o tema habitação popular tem de ser tratado como prioridade e, agora que se anunciam cortes nos subsídios do programa federal, é preciso que o governo municipal lance mão de alguns recursos para permitir o acesso da casa própria a família com renda muito reduzida.

2. Princípios / Conceitos / Ações

1. NÃO DESLOCAR REASSENTADOS MAIS DO QUE 1.000 METROS
2. USAR TERRAS PÚBLICAS OCIOSAS COMO SUBSÍDIO
3. APROVEITAR SINERGIAS COM O SISTEMA VIÁRIO PARA HABITAÇÃO
4. RETOMAR O PROTAGONISMO PARA A PROLAR

1. NÃO DESLOCAR REASSENTADOS MAIS DO QUE 1.000 METROS

Esse princípio está grafado na Lei Municipal 7.004 de 2002, portanto, há quatorze anos. No entanto, os conjuntos de casas populares que o MCMV e o FNHIS financiaram em Ponta Grossa nunca se situam a menos de 6 quilômetros do centro. O resultado é que muitas famílias acabam abandonando suas casas por conta de uma conta muito simples: antes elas moravam a pouca distância do centro, onde podiam encontrar emprego (ou sub-emprego...). Agora, elas vão ficar R\$ 160,00 distantes do emprego (50 passagens mensais)... mais do que o valor da prestação subsidiada pelo governo. Em certos casos de relocação de áreas de preservação permanente à beira de arroios, será necessário comprar terra para mudar as pessoas no mesmo bairro... mas há possibilidades de financiamento e cuidar de obter isso é cuidar das pessoas e cuidar da cidade.

2. USAR TERRAS OCIOSAS COMO SUBSÍDIO

Agora que os subsídios do governo federal estão sendo eliminados, a prestação de uma casa própria de pouco mais de 30m² vai chegar perto de 400 reais. Na planilha de custos, vai-se concluir que o terreno urbanizado onde a casa será assentada entra com até 40% do preço final. Se o município puder desafetar áreas públicas que estão sobrando, poderá destiná-las a habitação social (tudo isso está regulado pela lei e nenhum milímetro de terreno necessário para uma escola ou posto de saúde será prejudicado). Com isso, a prestação ficará reduzida a pouco mais do que a metade. E se, ainda por cima, a localização for suficiente para evitar gastos com ônibus, então a economia de passagem derruba o custo para valores simbólicos.

3. APROVEITAR SINERGIAS COM SISTEMA VIÁRIO PARA HABITAÇÃO

Ponta Grossa conta com muitas faixas de ferrovias que foram desmontadas, que estão hoje como propriedade do governo federal e que podem ser obtidas sem custo ou com custo reduzido para o município. Algumas avenidas já foram abertas sobre antigas ferrovias, como por exemplo, a Avenida Dom Geraldo Pellanda. Nessas faixas, que têm 50 metros de largura, cabem não somente avenidas, mas também outros usos em uma das suas laterais. Em 1988, um projeto desse tipo foi proposto em Ponta Grossa – que o desprezou – sendo mais tarde aplicado em Curitiba com o nome de Ferrovia. As moradias a serem construídas terão frente para uma via asfaltada com ônibus na frente e ao longo do trajeto serão dispostos equipamentos públicos (onde necessário), pontos de comércio, etc. O trajeto entre a antiga oficina ferroviária e o bairro Colônia Dona Luiza permite a construção de 500 casas e o eixo da Avenida Visconde do Rio Branco, outras 500. Tudo isso com custo reduzido por serem obras viárias com orçamento próprio.

4. RETOMAR O PAPEL DE PROTAGONISTA PARA A PROLAR

Nos últimos anos, a companhia municipal serviu, a maior parte das vezes, como “aval” das decisões tomadas por construtoras particulares que negociavam o programa MCMV diretamente com a Caixa Econômica. O contrato de financiamento do Residencial América, por exemplo, só tem como contratantes a CEF e a construtora. O prefeito assina como testemunha.

Nos próximos anos, a PROLAR vai estudar as localizações, tamanhos, equipamento urbano e infraestrutura dos conjuntos de casas populares. Com o projeto pronto ou pelo menos encaminhado, convocará empresas interessadas e ditará as regras contratuais. Só assim se terá garantia que as

peessoas estarão sendo assentadas em locais adequados ao planejamento de toda a cidade.

Eixo Temático: Integração regional dos Campos Gerais

Ao longo de sua história, Ponta Grossa assumiu a condição de cidade pólo dos Campos Gerais. Organismos estaduais e federais para o atendimento da região foram instalados na cidade: Regional de Saúde, Núcleo Regional de Educação, Regional do Trabalho, Receita Federal, Polícia Federal, entre. Além disso, as instituições de ensino superior em Ponta Grossa atendem a toda a região. Essa liderança regional do município nos leva a incluir no plano de governo a temática da integração regional.

Temas como saúde pública, educação, turismo, desenvolvimento econômico, assistência social, entre tantos, devem ser discutidos pelos municípios da região na busca de soluções para os problemas. Entendemos que essa questão deve ser aprofundada com o diálogo entre os municípios da região e a definição de políticas para o desenvolvimento e o crescimento das cidades, destacando a vocação de cada município, pensando a saúde, a educação, a segurança pública, além fortalecer as identidades culturais. Para isso propomos ações efetivas a serem implementadas através do diálogo com os demais municípios da região como:

- Integrar e fortalecer as rotas turísticas regionais;
- Fortalecer e estimular a realização de feiras e exposições regionais;
- Fomentar ações de economia solidária entre os municípios.
- Implantar ações conjuntas para a preservação ambiental, especialmente nas bacias hidrográficas conjuntas.

Eixo Temático: Meio Ambiente e Sustentabilidade

1. Propostas para preservação ambiental

Criar a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Agilidade na administração, transparência no uso de recursos destinados ao Meio Ambiente, possibilidade de captação de recursos de outras fontes além do orçamento da prefeitura. Para uso dos recursos é importante ter uma comissão de finanças para a liberação;

Aterro Sanitário – Implantar um novo aterro sanitário como local para disposição final para o resíduo sólido urbano – RSU, independente do tipo de tratamento que for aplicado, porque em qualquer sistema a ser adotado vai ter material que vai precisar ter um local para disposição final e também para servir como alternativa caso o sistema principal (usina sofra algum tipo de imprevisto ou manutenção e fique sem operar por um determinado tempo). Como também pelo TAC firmado entre a Prefeitura e o Ministério Público que preve na cláusula 6ª o encerramento definitivo das atividades do “Aterro do Botuquara”, como também preve na cláusula 5ª, a implantação do novo local no prazo máximo de 24 meses da data da assinatura do referido TAC, ou seja, até o dia 17 de junho de 2017. Sendo portanto de extrema urgência o início do processo tendo em vista o curto prazo estipulado no TAC.

Fiscalização Do cumprimento do PGRS (análise do PGRS por ocasião da apresentação do mesmo para que não seja apresentado como destino final dos grandes geradores o próprio Botuquara como acontece atualmente). Não devia ser vendido quotas para terceiros para destino dos RS no

Botuquara, assim a duração do aterro seria maior. Os condomínios residenciais deveriam apresentar o PGRS e também não dar destino o Aterro Público, e em contra partida os condomínios não pagariam a taxa de coleta de lixo cobrada pela prefeitura;

Um novo aterro deverá contemplar um projeto para no mínimo 10 anos (exigência legal), com capacidade para 100 mil toneladas de lixo/ano; capacidade de 80 mil m³/ano; Custo por célula R\$ 2.000.000,00;

Aterro do Botuquara – após o encerramento das atividades no local, implantar um projeto de recuperação da área degradada, como também do churume proveniente do material depositado no local;

Contrato da PGA – de forma administrativa ou via judicial tem que ser revisto o contrato renovado, retirando do objeto do contrato todos aqueles serviços que devem ser realizados diretamente pela Prefeitura, e que foram acrescidos no aditivo de renovação do prazo do contrato. Só assim será possível a implantação de vários projetos necessários para a condução ambiental de nossa cidade de forma correta e com custos reduzidos e que podem ser realizados com a adequação da estrutura da própria Secretaria de Meio Ambiente ou da Secretaria de Obras e Serviços;

Coleta Seletiva com Catadores – Assim como a Lei 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos trata da coleta seletiva, o TAC firmado entre o Ministério Público e a Prefeitura Municipal na data de 18 de junho de 2015, na Clausula 3ª o município se compromete no prazo de 5 meses implantar de forma contínua a coleta seletiva, citando algumas regiões da cidade: Centro, Jardim América, Vila Estrela, Jardim Carvalho, Órfãs e Bairro São José, e em todas as escolas municipais; obrigando a inclusão dos catadores no sistema além de fornecer todo o tipo de apoio e estrutura aos catadores.

Alterando o contrato feito com a PGA, será possível implementar um projeto direto com os catadores. Podendo ser através de um incentivo aos que entregarem os materiais nas associações, como por exemplo um crédito para ser retirado em mercadoria numa unidade do Mercado da Família. Porque hoje, pelo contrato com a PGA prefeitura paga o valor aproximado de R\$ 156.000,00 mensais, pelo serviço de coleta seletiva, valor este que poderia ser repassado parte dele diretamente aos catadores que fizessem este serviço de forma contínua e regular, vinculado a uma Associação ou Cooperativa assistida pela prefeitura.

Mas para se conseguir fazer um projeto que realmente contemple os catadores que hoje trabalham de forma avulsa e repassando seu material para atravessadores, é necessário um cadastro, saber quantos e onde estão, definindo seu perfil, condições de vida, para assim poder definir um programa que realmente atenda as necessidades dos catadores e o que esta previsto na Lei 12.305 assim como no TAC.

Lago de Olarias – Importante a sequência do projeto, observando a qualidade da água que abastece os lagos, tendo em vista a falta de informações seguras sobre a análise da água feita atualmente;

ARAS – Incorporação da ARAS pela Secretaria de Meio Ambiente, na diretoria de Recursos Naturais, Divisão de Recursos Hídricos. Atualmente o orçamento da ARAS é de aproximadamente R\$ 1.500.000,00.

Valores arrecadados em 2015 – R\$ 1.351.379,39, este ano já recebeu R\$ 643.015,88. Sendo aproximadamente R\$ 900.000,00 por ano para cobrir custos administrativos;

Educação Ambiental - Assim como definido na Lei 12.305 da PNRS também previsto na cláusula 4º do TAC firmado entre a Prefeitura e o Ministério Público, é de responsabilidade do município a Educação Ambiental

a toda a comunidade, incluindo as escolas municipais. Criar um projeto de forte impacto na educação ambiental, além das escolas municipais (parceria com a Secretaria de Educação), a realização de outras ações como exemplo: blitz nas ruas centrais em datas especiais e até nos dias de grandes eventos públicos, criando eventos específicos como o dia do MUTIRÃO DO LIXO ELETRÔNICO. Incluindo nos projetos informações sobre o cuidado com os cachorros, gatos e outros animais de estimação, cuidados que devem ter, orientar que não deve ser abandonado, etc. Projetos de minimização de resíduos através do reaproveitamento como forma de geração de renda (aplicação em associações de bairros, condomínios, cras, etc);

<https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/educacao-ambiental>

“EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Foi-se o tempo em que a Educação Ambiental era focada apenas em atividades pontuais de aprendizado sobre o meio ambiente ou a natureza. A complexidade dos sistemas do planeta e suas interações exigem não só um aprendizado sobre alguma coisa, mas uma interação de aprendizados, diálogos de saberes e experiências que nos permitam habitar este planeta como pessoas responsáveis e cientes pela manutenção e compartilhamento da vida, tanto da espécie humana quanto das inúmeras outras espécies em convivência.

Assim, faz parte da educação ambiental entender essa rede de convivência para intensificar nosso pertencimento ao planeta, baseando nossos pensamentos e ações em uma ética do cuidado. Para tanto, é fundamental a mobilização das pessoas em projetos coletivos e participativos. Na verdade, não há como separar “natureza” e “cultura” e, por isso, a educação ambiental foca as relações socioambientais a fim de transformá-las.

Essa complexa tarefa não pode ser responsabilidade de apenas alguns indivíduos que às vezes controlam as decisões. Deve partir de todos nós, cada qual pensando e agindo conforme sua disposição, mas levando em consideração as disposições dos outros. Assim, parte do que nos propõe a educação ambiental é, justamente, esse enfoque sistêmico das relações, onde uma ação local está conectada a uma global e vice-versa.

Nosso sistema econômico, baseado no lucro e no consumo, alimenta uma ética do individualismo e da competição, o que está sendo catastrófico para o planeta.

Uma medida que se faz necessária para mudar esse quadro de degradação ambiental é a revisão dos meios como produzimos objetos e criamos necessidades na sociedade contemporânea.

Na prosaica atitude de retirar um produto da prateleira do supermercado, o consumidor dificilmente reflete sobre a quantidade de energia, água e outros recursos naturais utilizados para fazer com que aquele objeto chegasse a suas mãos. E mais, não reflete também sobre qual será o destino daquele objeto quando não mais satisfizer suas necessidades.

É urgente propor alternativas a esse sistema, estimulando outros modos de vida em sociedade. Essas alternativas devem ser construídas coletivamente como parte integrante da educação ambiental. Logo, é uma tarefa política, que questiona e redireciona os rumos da nossa civilização, visando a empoderar e apoiar as pessoas para que possam atuar na gestão ambiental dos seus municípios.

Ações institucionais de educação ambiental estão sendo desenvolvidas na Itaipu desde a criação do Ecomuseu, em 1987, e atualmente adquire um novo caráter e assume novas dimensões, integrando todos os projetos socioambientais, em uma rede formal e informal, com a sociedade organizada, com as instituições públicas e privadas e a comunidade em

geral, desenvolvendo ações de educação para sensibilizar, capacitar, apoiar e articular todos enquanto educadores ambientais na região, fomentando a criação de redes regionais de educação ambiental.

Este processo, por sua vez, precisa encontrar na atitude e ações dos colaboradores de Itaipu, o reflexo destes conceitos e paradigmas, o que implica em um amplo processo de educação e capacitação socioambiental institucional na empresa.

Como estratégia de síntese, essas ações são agrupadas em quatro pilares:

- Educação ambiental na BP3;
- Educação ambiental corporativa;
- Educação ambiental nas estruturas educadoras;
- Educomunicação.

Assim a educação ambiental atua transversalmente em todos os programas do Cultivando Água Boa, estimulando a formação de cidadãos e cidadãs para a ética do cuidado, capacitando e sensibilizando pessoas e grupos sociais para atuar, auto-educar e contribuir na educação de outros para a construção de sociedades sustentáveis.”

Unidade Móvel para Educação Ambiental – criação de uma unidade móvel itinerante de educação ambiental para levar até as escolas, comunidades e em eventos públicos projetos de educação ambiental;

Recursos do FUNDAM – Conforme definido na Lei nº 11.233 que dispõe sobre a Política Ambiental Municipal de Ponta Grossa, que criou o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUNDAM cujos recursos deverão ser utilizados em atividades de recuperação dos bens lesados e áreas protegidas, bem como em atividades e projetos de educação ambiental, recuperação, preventivos e de fiscalização ambiental, pagamento

por serviços ambientais, tendo como objetivo a proteção do meio ambiente, constituem recursos do FUNDAM:

1. as dotações orçamentárias, que não devem ser inferiores a 1% das receitas do Orçamento Geral do Município; Receita Corrente Líquida - 2015 – R\$ 589.510.617,77;
2. financiamentos, doações, legados e recursos oriundos de convênios com entidades públicas e privadas;
3. o produto das multas arrecadadas pelo Poder Público Municipal, oriundas de infrações ambientais;
4. taxas provenientes de licenciamento ambiental e do poder de polícia da Secretaria;
5. recursos advindos do ICMS ecológico; 2013 – R\$ 501.932,40; 2014 – R\$ 636.394,88 e 2015 – 679.485,88;
6. recursos provenientes dos orçamentos Federal e Estadual;
7. recursos Federais advindos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CEFEM;
8. outras receitas especificadas em lei, contratos, convênios, ou ajustes celebrados entre o município e entidades governamentais ou não governamentais no âmbito do meio ambiente.

Se faz necessário a previsão no orçamento do município dos valores oriundos das fontes definidas na lei para que seja possível a implantação e manutenção dos projetos necessários e obrigações legais para a preservação do meio ambiente;

Parque Marguerita Mansini – Implantar dentro do Plano de Manejo do Parque, definindo pelo Conselho Consultivo do Parque, a Secretaria do Meio Ambiente, Eco-museu e Centro de Educação Ambiental –definição de um

projeto ambientalmente correto para este tipo de empreendimento sem agredir o meio ambiente;

Centro de Triagem da Fauna – Criar um convenio com Entidades ou Ongs pra atender os animais, domésticos e silvestres, vítimas de acidentes e mal tratos, conforme previsto em TAC - Zoonoses assinado pela Prefeitura e o Ministério Público;

Ecopontos – Local onde as pessoas poderão descartar gratuitamente entulho (pequeno volume), pneus, madeiras, galhos, eletroeletrônicos, móveis, pilhas, baterias, lâmpadas, óleo de cozinha e materiais recicláveis. Serão locais escolhidos conforme critérios como: facilidade de acesso, volume de material a ser descartado. Tem que ser um local com monitoramento, pessoas cuidando, para ser possível o controle do material que será entregue (se não tiver gente cuidando acontece o que aconteceu com o Ecoponto que a PGA instalou na Ronda);

Jardim Botânico – Criação de um Jardim Botânico, tendo em vista a complexidade de espécies da flora nativa. Local para pesquisa e visitação. Fazer convênio com a UEPG para incorporação do Herbário da UEPG;

Barracão Solidário – (criar um nome melhor) criação de um projeto onde as pessoas possam destinar móveis, eletrodomésticos e eletrônicos para doações, para depois de feito a triagem serem encaminhados para doações aos assistidos pela Secretaria de Ação Social. Podendo ser usado o barracão da prefeitura que onde funcionava o curso de marcenaria, na Avenida Monteiro Lobato;

Implantação de unidades biológicas de melhoria da qualidade da água em arroios urbanos - unidade biológica de melhoria da água. Nada mais é do que um vaso flutuante com algumas plantas que nascem dentro dele, estas plantas ficam com as raízes submersas na água. O grande Segredo é o tipo de planta que vai ali dentro. é o Vetiver (*Crisopogon vetiveria*)

Planta esta que se adapta muito bem ambientes onde a sua raiz fique enterrada ou submersa em água. Esta Planta possui grande potencial de extração de poluentes da água, inclusive metais pesados a um preço muito barato;

Ocupação em Áreas de Risco e Arroios – Ponta Grossa tem 153 km de arroios, e entre 8.000 a 10.000 (confirmar estes números) famílias que moram em áreas de risco. A realização destes cadastros deveria ser de responsabilidade da PROLAR, já que a mesma tem departamento de cadastro, podendo este trabalho ser feito através de estagiários. E quando for o caso da intervenção da Secretaria do Meio Ambiente, nas áreas de preservação permanente, esta ficaria responsável pela recuperação das áreas onde forem retiradas as famílias; Ficando assim o departamento de patrimonio da prefeitura responsável pelo patrimonio da prefeitura somente; Papel Legal e Casa Segura, hoje estes programas estão no departamento de Patrimonio Público, e deveriam estar sob os cuidados: o Papel Legal da Prolar; e o Casa Segura da Secretaria do Meio Ambiente.

O “Programa Casa Segura”, Decreto 4.076/2010 (<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2010-05-26.pdf>) que instituiu o “Programa de Saneamento de Áreas de Risco” diz que a finalidade é de diagnosticar, prevenir, controlar e eliminar situações de riscos naturais ou não, promovendo a desocupação, fiscalização e recuperação das áreas de risco, e que deverá ser uma ação integrada de todas as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sob a coordenação

do Departamento de Patrimônio, da Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos. Citando como parceiras deste programa: a Defesa Civil de Ponta Grossa – COMDEC e, a Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR. Acredito que a Secretaria do Meio Ambiente deve ser a coordenadora deste programa porque é Secretaria com melhores condições de avaliar as áreas de risco ocupadas irregularmente, para quando confirmado os casos de ocupações irregulares encaminhar a PROLAR para inclusão no Programa Papel Legal.

Criar departamento de ANALISE DE RISCO ambiental dentro da Secretaria do Meio Ambiente para analisar este tipo de risco nas ocupações em áreas de risco, como também em toda a cidade, com levantamento de possíveis riscos ambientais que podem servir de base em projetos a serem apresentados antes da liberação.

Recuperação de Arroios – primeiro levantamento das bacias, criar um grupo gestor das bacias hidrográficas (formado pela comunidade local, lideranças locais, na região abrangendo a bacia). Trabalhar dentro do grupo as necessidades de cada bacia com ações pontuais. Porque em cada bacia será encontrado uma nova realidade.

Projeto Adote uma Praça – já tem Decreto, incentivar as empresas a adotar canteiros e praças, com estímulo para as empresas que participarem até com premiação para as melhores parcerias. E se possível até incentivos fiscais;

Fiscalização Ambiental – tem que ser feito a legislação referente a fiscalização, com definição de poderes aos fiscais;

Força Verde Municipal – criação de uma unidade da Guarda Municipal para atender os problemas ambientais , como denúncias de crimes ambientais, para atuar junto com a Força Verde do Estado;

Projeto de Segurança Alimentar – com cozinha móvel para ministrar cursos de aproveitamento alimentar dos produtos da feira verde, produtos da horta comunitária. Através de convênio com as Universidades, cursos de alimentação;

Estação de Monitoramento da Qualidade do Ar - Implantação de uma estação de monitoramento da qualidade do AR. Podendo esta Estação ser móvel para atender diversas situações, como exemplo, problemas pontuais, como também poder ser monitorado a qualidade do AR em diversos locais da cidade;

Áreas de Preservação Permanente - Mapeamento das áreas de preservação permanente e dos corpos hídricos da cidade para desenvolvimento de projetos de recuperação das áreas degradadas; Criar a Divisão de Pesquisa na secretaria de meio ambiente;

Feira Verde - criação de uma moeda verde para ser usada na troca de produtos no MERCADO da FAMÍLIA itinerante, montado em caminhões que estarão acompanhando os caminhões da feira verde para troca por todos os produtos oferecidos no mercado da família em substituição ao sistema atual que somente leva frutas e verduras para troca por material reciclado;

Horta Comunitária - projeto de criação de hortas em terrenos desocupados, horta comunitária, com o apoio técnico da Secretaria da Agricultura e

também de estudantes de agronomia. Incentivo na comercialização da produção excedente em barraca nas feiras livres da cidade;

Agrotóxicos - Convênio com a ADAPAR, para fiscalização de uso de agrotóxicos;

2. Propostas para integração urbano-ambiental

2.1. Diagnóstico

Quando se fala de meio ambiente, pensa-se quase que imediatamente no meio ambiente natural (árvores, águas, pedras) deixando de lado o ambiente construído, cujo maior expoente é a cidade, com suas ruas, praças, calçadas, gramados, etc. Para propor ações que alcancem os dois tipos de ambiente, convém repartir a análise desde já.

O ambiente natural de Ponta Grossa, marcado pela feição dos campos limpos intercalados com matas que seguiam o curso dos rios proporciona alguns dos panoramas mais valorizados do planeta todo. Só que no trecho que corresponde ao perímetro urbano (por onde corre uma rede de mais de 150km de cursos d'água e, portanto, poderia haver 150km de matas-galeria...) o ambiente foi degradado pela urbanização descontrolada (há enchentes, erosão, desmatamento, poluição e uma perigosa contaminação dos arroios com dejetos). Somente estão conservados alguns dos fundos de vale mais inacessíveis. A cidade contabiliza no papel dois parques urbanos (Margherita Masini e Boca da Ronda), ambos abandonados. Um simples olhar numa foto aérea mostra a grande quantidade de parques em potencial que não estão sendo aproveitados. Um trabalho do Nucleo de Meio Ambiente

da UEPG (atualmente extinto), realizado nos anos 1990 deu à Prefeitura um conjunto de projetos para iniciar a atuação nos arroios Madureira, Universidade e Olarias. O parque do arroio Madureira I foi construído em 2003 e abandonado depois de 2005. O parque do arroio Olarias com seu grande lago está sendo ultimado agora, depois de dez anos de obras paralisadas.

O ambiente criado pelo homem não tem tido muito mais sorte... a urbanização como tal existe somente no centro e nos espigões dos bairros principais (ainda assim sem arborização nem paisagismo) e uma visita aos bairros mais populares vai encontra-los com valetas nas ruas e com calçadas muito pouco convidativas para um trajeto a pé. A cidade é conhecida entre visitantes pela estreiteza de seus passeios, onde é muito difícil intercalar alguma rampa para acessibilidade e, em certos casos, não há possibilidade de simples passagem de uma cadeira de rodas.

2.2. Princípios / Conceitos / Ações

2.2.1. CONTINUAR OS PARQUES DO ARROIO OLARIAS

2.2.2. COMEÇAR A SISTEMATIZAÇÃO DO ARROIO DA RONDA

2.2.3. IMPLANTAR PELO MENOS QUATRO OUTROS PARQUES LINEARES

2.2.4. PLANO DE ANDABILIDADE

2.2.1. CONTINUAR OS PARQUES DO ARROIO OLARIAS

O lago de Olarias é obra destinada a conter as enchentes que assolam as casas da Vila Pina. Serve também para uma rua de ligação entre o Jardim Europa e o Jardim Barreto. Agora pode servir também para desfrute da população que poderá ter um seu “Barigui” ponta-grossense a pouco maia de

um quilômetro do centro. A parque poderá ter pistas, equipamento desportivo, etc., mas receberá um empurrão da Secretaria de Esportes e Lazer que irá organizar torneios e copas para que a população use efetivamente o parque.

2.2.2. COMEÇAR A SISTEMATIZAÇÃO DO ARROIO DA RONDA

O mesmo problema de enchentes que acontecem no arroio de Olarias ocorre também na parte baixa da bacia do arroio da Ronda. Em ocasiões de chuvas intensas, ele já ultrapassou o nível da ponte na BR-376, interrompendo o tráfego e causando grandes prejuízos à economia do estado. Como se trata de bacia extensa, propõe-se começar pelas cabeceiras, com obras simples. Como uma das nascentes vem do Parque Boca da Ronda, o projeto já deverá contemplar o seu aproveitamento para uso por parte da população.

2.2.3. IMPLANTAR PELO MENOS OUTRO QUATRO PARQUES LINEARES

As necessidades de sistematização das águas, de proteção das encostas e de preservação/recuperação das matas é imensa na cidade, mas em face das limitações orçamentárias, o compromisso é com pouco mais de 1,5 quilômetro de parques lineares seguindo o curso dos arroios: em todos eles se dará preferência para locais onde se possa combinar a preservação dos arroios com o reassentamento de famílias moradoras nas suas margens. Isso reforça a diretriz de explorar as sinergias entre ações diversas do poder público para obter ganhos em diversas esferas. O reassentamento das famílias se dará conforme tratado no eixo temático respectivo: sempre numa distância máxima de um quilômetro.

2.2.4. PLANO DE ANDABILIDADE

A palavra é pouco conhecida; é uma tradução meio arrevesada do inglês “walkability”, habilidade de andar a pé, ação reconhecidamente saudável (para as pessoas e para o ambiente urbano). Só que Ponta Grossa, para ter andabilidade, precisa de uma total reforma de suas calçadas, que têm desníveis, rampas, degraus... e um óbvio desrespeito pelo transeunte. Criar essa característica no ambiente urbano é devolver a cidade ao cidadão (que tinha se tornado apenas motorista) e envolve também implantar pistas em locais apropriados, fechar algumas ruas para veículos e implantar uma eficiente rede de ciclovias. Devido às questões de custo, o plano terá que se desenvolver preferencialmente sobre ruas que estiverem sendo pavimentadas, deixando para mais tarde custosas reformas em ruas existentes... a menos que seja possível criar parcerias com grupos ou associações que queiram assegurar um ambiente adequado para o seu bairro.

Diretriz 3 – A promoção do diálogo com a sociedade

Eixo Temático: Relação com os Conselhos Municipais

Nossa gestão considera os conselhos municipais como canal legítimo de participação popular na elaboração e fiscalização das políticas públicas. Nesse sentido nos propomos a um sincero diálogo propositivo que vá além do simples atendimento aos dispositivos legais. Nesse sentido nos propomos a:

- 1- Promover a valorização dos papéis dos conselhos na gestão pública;
- 2- Melhorar a infra-estrutura e os recursos disponíveis aos conselhos.

Eixo Temático: Participação Popular na decisão dos investimentos na cidade

Consideramos que ninguém conhece tanto a cidade como quem mora nela. Nesse sentido, nos propomos a promover ampla participação nas decisões sobre os investimentos a serem realizados na cidade, através de assembleias e audiências públicas realizadas nos bairros, e de canais informatizados de participação na elaboração do orçamento municipal. Canais aberto tanto para colher as sugestões de investimento, quanto para o acompanhamento da execução orçamentária. Dessa forma ampliaremos os canais de participação da população na gestão da cidade produzindo uma gestão transparente e popular.

Eixo Temático: Participação Popular na Manutenção da cidade

As deficiências no planejamento da manutenção da cidade impõe dificuldades justamente aos moradores dos bairros e vilas da cidade. Em nossa gestão, colocaremos a gestão da secretaria de obras em contato com os conselhos de bairro discutindo com as lideranças as obras prioritárias e uma gestão sustentável na manutenção da cidade. A capacidade operativa da secretaria de obras deverá ser ampliada com o estímulo a cooperativas e grupos de trabalho organizados localmente, colaborando para a obtenção de dois resultados. Um, a manutenção eficiente de nossas vias públicas, iluminação, gestão de águas pluviais, etc., e a incorporação na cultura local da co-responsabilidade da população na gestão da cidade.

Um dos importantes canais de participação cidadã é a ouvidoria municipal que recebe reclamações e denúncias em assuntos ligados à municipalidade. Além disso, e a partir destes contatos, a ouvidoria pode também sugerir mudanças na administração, na definição de prioridades e na própria organização dos equipamentos urbanos. Nesse sentido propomos:

1. A reestruturação e ampliação da ouvidoria municipal;
2. O acesso à ouvidoria nos pontos de presença do município e através de canais informatizados;
3. A criação de estruturas na ouvidoria especializadas nas várias temáticas nas quais o município tem atuação como meio ambiente, saúde, educação, segurança, etc...

Eixo Temático: Segurança e Justiça Restaurativa

O tema da segurança não pode ser enfrentado unicamente na esfera da gestão municipal, embora o município possa colaborar significativamente para implantação de políticas que possibilitem o desenvolvimento de um ambiente preventivo nesta esfera, ao invés de empregar os recursos apenas nas ações repressiva e punitiva. Nesse sentido propomos os seguintes princípios de atuação:

1. Instituir Programa Territorializado de Prevenção à Violência e à Criminalidade articulando os setores de educação, saúde, assistência, cultura e esporte no desenvolvimento de projetos e ações que contribuam na orientação dos jovens e no seu envolvimento em atividades educativas e culturais.
2. Estabelecer canais que possibilitem parcerias entre o poder público municipal e instituições comunitárias como clubes de serviços, clubes sociais, associações de moradores, igrejas, grupos de jovens, etc., na viabilização e enraizamento desses projetos na vida dessas comunidades.
3. Estabelecer parcerias para ampliar as oportunidades de inserção no mundo do trabalho priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.
4. Estabelecer canais de diálogo e estabelecimentos de projetos conjuntos com as diversas instâncias envolvidas na segurança pública como a polícia militar, a polícia civil e as oportunidades geradas por políticas do governo federal.
5. Criar os Conselhos de Segurança nos bairros que dialoguem com a realidade local para a superação de gargalos na segurança como por exemplo o planejamento da iluminação pública ou limpeza de áreas geradoras de insegurança.
6. Implantar um sistema de informações geográficas sobre segurança, envolvendo a natureza, locais e frequência dos crimes em seu território e os

modos de operar e características da criminalidade para orientar políticas preventivas.

7. Implementar progressivamente, com a participação da população, um sistema eletrônico de vigilância coordenado pela Guarda Municipal e garantindo a sua integração com as polícias estaduais.

8. Realizar convênio com o poder judiciário para implantação do Núcleo de Práticas Restaurativas com o objetivo de estabelecer uma política pública de pacificação social envolvendo tanto a comunidade quanto as instâncias oficiais de segurança.

9. Desenvolver ações educativas visando a promoção da cultura da paz.

Eixo Temático: Novos canais de comunicação - “Smart Cities”

A ampliação do acesso à internet pelo conjunto da população, em especial com a rede pública ofertada pela municipalidade, permitirá a criação de novos canais de comunicação entre população e com a municipalidade, produzindo novos serviços e ampliando os espaços de co-responsabilidade entre a população e o espaço público. Estes canais além de facilitar o planejamento e manutenção da cidade, criam espaços para a organização da população em iniciativas que melhoram as condições de vida, mas não dependem necessariamente de recursos financeiros ou humanos da prefeitura. Organizar a vizinhança na carona solidária, diminuindo o número de veículos em circulação, ou em grupos em torno de ações de segurança no bairro ou de estudo a partir de conteúdos oferecidos na rede, ou ainda em torno de oportunidades esportivas ou culturais maximiza o uso dos

equipamentos urbanos podem ser iniciativas importantes, privadas, mas viabilizadas por canais oferecidos pela municipalidade.

Diretriz 4 – A eficiência administrativa e uso das novas tecnologias

Eixo Temático: valorização dos servidores municipais

Ao contrário das práticas de governos neoliberais que consideram o funcionalismo como inimigo ou, no mínimo como despesa a ser contornada, nossa gestão considera o funcionalismo um patrimônio da prefeitura e o único meio de realização dos serviços públicos. Queremos o funcionalismo público como parceiro da gestão e participante ativo na realização de nosso plano de governo. Mesmo considerando que o ambiente econômico e a legislação limita as possibilidades de atendimento a algumas demandas, nos propomos a um relacionamento de diálogo e parceria com o funcionalismo. Para isso apresentamos as seguintes propostas:

- 1- Abrir **canais de comunicação** permanente com o funcionalismo ouvindo suas propostas tanto na melhoria das condições de trabalho como na implementação de sugestões que melhorem o atendimento ao cidadão;
- 2- Criar o **PROGRAMA PERMANENTE DE CAPACITAÇÃO**, em parceria com nossas universidades, para nossos servidores em sua área de atuação;
- 3- Criar, em diálogo com os servidores, um **programa de avaliação de resultados** que sirva de base para valorização dos servidores mais dedicados ao serviço público;
- 4- Estimular o estudo e o crescimento pessoal com apoio do município como uma das estratégias de valorização dos servidores;
- 4- Reduzir em 50% (cinquenta por cento) os cargos comissionados aproveitando servidores de carreira em funções gerenciais e gerando espaço para contratação de servidores em funções especializadas nas quais a prefeitura é ainda carente.

5- Implementar, na medida das possibilidades legais e em diálogo com os servidores, correção das distorções ainda existentes no plano de cargos e salários.

Eixo temático: eficiência administrativa

Consideramos que a organização e eficiência administrativa deve ser uma das preocupações constantes da nossa gestão. Quase metade do orçamento do município é gasto em despesas de pessoal e quando o município não provê condições para que este recurso de mão de obra seja aplicado com produtividade isso significa um desperdício de recursos públicos. Nesse sentido propomos um conjunto de ações para aumentar a eficiência administrativa baseadas em três princípios: SUSTENTABILIDADE, EFICIÊNCIA e INTEGRAÇÃO. Neste sentido propomos:

1. Elaborar um plano diretor de tecnologia da informação, com opção preferencial ao software livre, que estude a implantação de ferramentas informacionais aumentando a eficiência dos serviços oferecidos pela prefeitura. O plano diretor de informática deverá ser transformado em lei para garantir uma ação de longo prazo na aquisição de um nível tecnológico adequado à uma boa prestação de serviços à população.

1.1 A opção pelo software livre se justifica pela ausência de pagamento de licenças gerando economia ao município, além disso pela incorporação da tecnologia o que torna o modelo sustentável a longo prazo.

1.2 A transição para o software livre deverá ser realizada de maneira planejada e com amplo treinamento do funcionalismo público.

1.3 O plano diretor de informática deverá planejar a atualização periódica do parque tecnológico, mantendo a prefeitura em conformidade com o estágio tecnológico da sociedade.

1.4 O plano deverá prever a integração das diversas plataformas através de um cadastro único multifinalitário que ao cruzar os dados dos diversos setores da prefeitura com sua respectiva espacialização aumentará a capacidade de planejamento nas áreas de preservação ambiental, saúde, educação, manutenção da cidade e muitas outras.

2. Elaborar estudos de organização e métodos e implantar os resultados de revisão dos processos da prefeitura visando a simplificação e redução das ações sobrepostas. Este estudo deverá propor formas de organização mais eficientes e de menor custo, como por exemplo a implantação um almoxarifado central que no caso da Prefeitura de Maringá proporcionou maior economia e controle dos materiais usados.

3. Ampliação, através de concursos, do quadro do departamento de informática aumentando sua capacidade de desenvolvimento e implantação de sistemas. A mão de obra adicional será compensada pela redução de cargos comissionados. Além disso os investimentos em tecnologia de informação reduzem a necessidade de mão de obra em outras áreas, além de aumentar a qualidade dos serviços oferecidos.

4. No caso de Ponta Grossa é possível implementar imediatamente o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, também conhecido como “virtualização de processos” em software livre com a experiência e as plataformas disponibilizadas gratuitamente pela Justiça Federal e pelo ICMBIO, órgão ambiental do governo federal. A informatização dos processos que hoje tramitam no papel irá gerar maior controle, mais qualidade além de liberar funcionários para melhorar a atenção ao cidadão.

5. Implementar imediatamente um sistema de gestão corporativa de projetos, em software livre, dando ao gestor controle da implantação do plano de governo e ao cidadão transparência na execução das promessas de campanha.
6. Implementar uma intensa capacitação dos funcionários das áreas de informática, engenharia, geografia, cadastro e outras afins, na área de geotecnologias. A integração entre informática e geotecnologias amplia a capacidade de planejamento do município e gera economia e eficiência na aplicação dos recursos públicos.
7. O aumento da capacidade informacional da prefeitura deverá resultar em novos canais de comunicação com a população gerando um ambiente propício para a implantação do conceito de “smart cities”, na qual a conectividade gera um ambiente favorável ao desenvolvimento coletivo da inteligência, da inventividade e da criatividade produzindo um ambiente mais humano e ambientalmente sustentável.
8. Implantação da oferta pública de acesso à internet, iniciando com os pontos de presença da prefeitura, com os acessos nos terminais e praças dos bairros e vilas da cidade. No passo seguinte busca-se a ampliação da conectividade em parceria com a iniciativa privada num modelo similar à “Operação Urbana Consorciada” aonde instituições privadas podem oferecer sua banda de comunicação ociosa para uso público em troca de um canal de comunicação direta com a população do entorno numa operação com transparência e controle social.
9. A expansão da conectividade para as áreas mais afastadas do centro permitem a implantação de um conjunto de serviços através de aplicativos móveis como a consulta a processos, carona solidária, segurança comunitária, acesso a conteúdos educacionais, acompanhamento da frequência escolar pelos pais, solicitação de serviços de manutenção e um

imenso conjunto de outras possibilidades que permitem que o cidadão colabore de maneira positiva para criação de uma cidade mais humana e solidária.

10. Implantação de 10 Pontos de Cidadania descentralizados viabilizando serviços públicos conectados aos diversos serviços da prefeitura, como solicitação de serviços, marcação de consultas, informações e solicitações tributárias, etc.